



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



MARIA APARECIDA ALVES ANICETO CAMPOS

**VERTENTES PARA GERAÇÃO DE RENDA EM IPORANGA,
REGIÃO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

APIAÍ

2013

MARIA APARECIDA ALVES ANICETO CAMPOS

**VERTENTES PARA GERAÇÃO DE RENDA EM IPORANGA,
REGIÃO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.**

UTFPR



Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* Curitiba.

Orientador: Moisés Francisco Farah Júnior

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

APIAÍ

2013



TERMO DE APROVAÇÃO

VERTENTES PARA GERAÇÃO DE RENDA EM IPORANGA, REGIÃO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.

Por

Maria Aparecida Alves Aniceto Campos

Esta monografia foi apresentada às 16h e 30min do dia 02 de Dezembro de 2013 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho_____.

Prof. Dr. Moises Francisco Farah Junior
UTFPR – *Campus* Medianeira
(orientador)

Prof(a)Dra Ana Paula Myzzuk
UTFPR – *Campus* Medianeira

Prof.Msc. Thiago Cavalcante Nascimento
UTFPR – *Campus* Medianeira

Dedico este trabalho primeiramente ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo de Deus. Ao Pai porque me criou, assim, como as demais coisas, ao Filho porque deu a vida por cada um de nós e ao Espírito Santo porque me deu sabedoria e está presente na minha caminhada. Ao meu esposo Paulo de Souza Campos pela paciência e compreensão, aos meus filhos Arthur Aniceto Ferreira, Ygor Aniceto Campos e Hugo Aniceto Campos que me dão energia para enfrentar os gigantes da vida.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de citar a pessoa mais importante na minha vida: Deus. Depois a minha genitora Maria José e meu paizinho Inácio(in memory) que lá no passado se dedicaram para que eu e meus sete irmãos, como eles mesmos diziam “fossem alguém na vida” e não ficássemos como muitos hoje, infelizmente, em vulnerabilidade social. A meu esposo Paulo de Souza Campos que me apoiou e entendeu as minhas ausências.

Agradeço a meus companheiros nesta batalha Lídia, Márcio e Fernanda, sempre um dando força para o outro, principalmente naqueles momentos de desânimo.

A UFTPR que abriu esta possibilidade e oportunidade para que nós pudéssemos adquirir conhecimentos nos preparando para melhor desempenho nas nossas atividades profissionais na busca de eficiência e eficácia.

A tutora presencial Silvana Sales Dias Baptista Santo se ao Coordenador Moisés Francisco Farah Júnior que durante todo este período me orientaram.

Agradeço, também, as pessoas que diante das minhas solicitações, para desempenho da monografia, abriram sua porta e de prontidão me atenderam.

E assim agradeço a todos que direta ou indiretamente foram meus colaboradores.

É Preciso Acreditar

É Preciso Acreditar
Poder sonhar e dividir
É ter o dom e descobrir
O que passou vai esquecer
E se lembrar pode entender

Se uma canção você ouvir
E o coração mandar sorrir
Sorrir então deixe surgir
Uma razão

É preciso acreditar
Confiar e jamais desistir
Maior que o querer é lutar e vencer
A esperança de um novo viver

É preciso acreditar
Confiar e não desistir
Maior que o querer é lutar e vencer
A esperança de um novo viver

Essa canção eu entreguei
Ao coração do grande Rei
Que foi real e me amou
E aqui estou

É preciso acreditar
Confiar e jamais desistir
Maior que o querer é lutar e vencer
A esperança de um novo viver

É preciso acreditar
Confiar e não desistir
Maior que o querer é lutar e vencer
A esperança de um novo viver
Para vencer

Importa permanecer, fiel é se fortalecer
Pra vencer

É preciso acreditar
Confiar e jamais desistir
Maior que o querer é lutar e vencer
E a esperança de um novo viver

É preciso permanecer
Pra lutar e não desistir
Maior que o querer
É lutar pra vencer
A esperança de um novo viver
Para vencer

Pra vencer

Música Robinson Monteiro

RESUMO

CAMPOS, Maria Aparecida Alves Aniceto, **Vertentes para geração de renda em Iporanga, região de preservação ambiental**, p. 77. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apiaí 2013.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o Município de Iporanga e sua característica local. Os pontos negativos, como a dependência dos programas sociais e os pontos positivos que são potencialidades com diversidades naturais. E principalmente, apresentar que esta diversidade de riquezas naturais poderá ser alternativa para que as comunidades locais possam ter emancipação e desenvolvimento local com responsabilidade. E assim, gerar renda e ao mesmo tempo preservar e conservar o meio ambiente.

Palavras-chave: Turismo. Preservação. Propriedade Rural. Água.

ABSTRACT

CAMPOS, Maria Aparecida Alves Aniceto, **Strands for income generation in Iporanga area of environmental preservation, p. 77**. Monograph (Specialization in Municipal Public Management). Federal Technological University of Paraná, Apiaí 2013.

This work aims to present the City of Iporanga and its local characteristic. The negatives as dependence on social programs and the positive points those are potential with natural diversities. And mostly, submit that this diversity of natural resources may be an alternative for local communities to local development and empowerment with responsibility. And so, generate income while preserving and conserving the environment.

Keywords: Tourism. Conservation. Rural Property. Water.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Caverna Santana.....	32
Figura 2- Caverna água Suja.....	32
Figura 3- Caverna Água Suja.....	32
Figura 4- Cachoeira Beija Flor.....	33
Figura 5 - Cachoeira do Couto	33
Figura 6 - Cachoeira Sem Fim.....	33
Figura 7 - Reserva Betary.....	33
Figura 8 - Reserva Betary.....	33
Figura 9 - Reserva Betary.....	34
Figura 10 - Reserva Betary.....	34
Figura 11 -Bóia Cross.....	34
Figura 12 - Trilha.....	35
Figura 13 - Trilha	35
Figura 14 - Estrada.....	36
Figura 15 - Estrada.....	36
Figura 16 -Estrada.....	37
Figura 17 -Mapa de acesso a Iporanga.....	40
Figura 18 - Foto da nascente na propriedade de Elizabete.....	66
Figura 19 - Rótulo de garrafinha de água.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pousadas.....	23
Tabela 2 - Benefícios Sociais.....	27
Tabela 3 - Benefícios Sociais 2010.....	28
Tabela 4 - Total de domicílios censo 2010.....	28
Tabela 5 - Benefícios Sociais e índice relativo a domicílio.....	28
Tabela 6 - Agricultores do PAA	30
Tabela 7 - Família Quilombolas por Bairro.....	31
Tabela 8 -Distância dos bairros do centro.....	38
Tabela 9 - Funcionário da Prefeitura.....	41
Tabela 10 - Trabalhadores registrados	41
Tabela 11 - Produtores de água mineral e potável de mesa.....	47
Tabela 12 - Estados e as concessões de lavras.....	48
Tabela 13 - Região e as concessões de lavras.....	48
Tabela 14 - Empresas Produtoras de água mineral e potável de mesa.....	48
Tabela 15 - Roteiros	58
Tabela 16 - Questionário Agência de Turismo.....	62
Tabela 17 - Questionários aplicados	65

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Visitação no PETAR 2009 a 2012.....	57
Gráfico 2 - Pousadas e tempo de Mercado.....	58
Gráfico 3- Visitação em comunidade local.....	59
Gráfico 4 - Divulgação turismo local.....	59
Gráfico 5 - Receptividade rede local.....	60
Gráfico 6 - Tempo Mercado monitor.....	60
Gráfico 7 - Visita comunidade local - monitor.....	61
Gráfico 8 - Divulgação turismo local – monitor	61
Gráfico 9 - Receptividade rede local – monitor.....	62
Gráfico 10 - Tempo propriedade rural	66
Gráfico 11 - Área de propriedade rural.....	67
Gráfico 12 - Água canalizada.....	67
Gráfico 13 - Forma aquisição água.....	68
Gráfico 14 - Potabilidade da água.....	68
Gráfico 15 - Análise da água.....	68
Gráfico 16 - Percurso da propriedade à nascente de água.....	69

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1.Problematização	14
1.2.Justificativa	15
1.3.Objetivos	15
1.3.1.Objetivo Geral.....	15
1.3.2.Objetivo Específico	15
1.4.Tipo de Pesquisa	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1.Primórdios do Turismo	18
2.1.1. No mundo	18
2.1.2. No Brasil	21
2.1.3. Em Iporanga	21
2.2.Criação do PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira	23
2.3.O Preço da Sustentabilidade	24
2.4.Característica Local	26
2.4.1. Benefícios Sociais e a Dependência.....	26
2.4.2. Cultivo de Pupunha.....	29
2.4.3. PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)	30
2.4.4. População e Quilombos.....	31
2.5.Atrativos	32
2.5.1. Cavernas	32
2.5.2. Cachoeiras.....	32
2.5.3. Reserva Betary – Centro de Estudos da Biodiversidade	33
2.5.4. Bóia-Cross	34
2.5.5.Trilhas.....	34
2.5.6. Gastronomia	35
2.5.7. Roteiros Turísticos	35
2.6.Acessos	36
2.6.1. Aos Bairros	37
2.6.2. Acesso ao município.....	39

2.7. Geração de Emprego Local	40
2.8. Questionamentos	41
2.9. Potencialidade Para o Desenvolvimento local	42
2.10. Água Mineral e Potável de Mesa	43
2.10.1 Histórico no Brasil	43
2.10.2. Produção de 2001 a 2008 e Legislação para Industrialização.....	47
2.10.3. Programa Produtor de Água	50
2.11. Alternativas Abrem Leques Para o Desenvolvimento Local.....	51
2.11.1. Turismo de Base Comunitária Como Alternativa Mais um Viés.....	52
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
3.1. Movimentação Turística entre 2009 e 2012	56
3.2. Rede de Turismo Local	57
3.2.1. Pousadas	58
3.2.2. Monitor Local	60
3.2.3. Agência de Turismo	62
3.3. Sabesp e o Sistema de Captação de Água	63
3.4. Políticas de Turismo Rural em Iporanga	64
3.5. Propriedades Rurais e a Captação de Água	65
3.6. Pesquisa Vivencial – Consumo de Água	69
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	75

1. INTRODUÇÃO

O desequilíbrio ambiental no mundo tem gerado grandes preocupações com o futuro da humanidade, devido a esta preocupação procura-se ações não somente para atender o momento presente, mas principalmente o futuro. Percebe-se que, para garantir um futuro melhor, comunidades locais têm pagado um grande preço, e famílias inteiras estão em um grau elevado de vulnerabilidade social. E o que gera essa vulnerabilidade é na maioria das vezes, a falta de uma renda per capita que venha a atender as necessidades, não só básicas, mas também que favoreçam uma vida de qualidade para os membros de determinada família.

Por sua vez, os Governos Federal e Estadual tem procurado através de programas sociais, pela transferência de renda amenizar essa problemática.

Quando se fala em regiões sem restrições, ou melhor, que não está localizada nas chamadas “áreas de preservação ambiental”, alguns projetos conseguem parcialmente ir avante, pois não são barrados por leis ambientais. Observa-se também, que quanto menor for o porte do município, mais frágil ele se torna para o alcance do seu desenvolvimento sócio econômico. Então, só resta buscar alternativas, para que em posse desta tão valorizada “região de preservação” encontre-se uma saída para alcançar aquilo que todo ser humano busca “viver bem”.

1.1. Problematização

Quais as possíveis vertentes que possam gerar renda ao município de Iporanga?

Município este de pequeno porte, conhecido como porte I, localizado em área de preservação ambiental, onde as principais fontes de renda é o setor Público Municipal e grande dependência de benefícios sociais. Com mais de 300 cavernas catalogadas, águas cristalinas, cachoeiras, um paraíso entre vales e montanhas e situada na maior porção de Mata Atlântica preservada do Brasil, porém com pouca divulgação.

1.2.Justificativa

Buscam-se parcerias do setor público e privado que com conhecimentos técnicos e recursos, possam investir na região, gerando empregos e capacitação profissional, visando à sustentação regional sem agredir a natureza através da canalização e industrialização de água mineral, com proveito do meio ambiente de forma responsável, no caso a água potável e concomitantemente a divulgação da região através do rótulo na embalagem e seu ponto forte, as cavernas e outros atrativos.

1.3.Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Descrever as potencialidades do município de Iporanga e as possíveis oportunidades para geração de renda e desenvolvimento social.

1.3.2. Objetivo Específico

- Identificar as potencialidades do turismo entre 2009 e 2012 em Iporanga;
- Identificar as potencialidades para o turismo local;
- Identificar as potencialidades para o desenvolvimento local;
- Identificar as possíveis vertentes para geração de renda;

1.4.Tipo de Pesquisa

Devido à necessidade de diversidades de informações, optou-se por uma pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica, documental, qualitativa e em estudos de caso.

Entrevista com profissionais da CPRM/SP (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), para obter informações sobre os procedimentos legais para o envasamento de água potável e sua venda. Entrevista esta, indicada pelo ex-secretário de Turismo e Meio Ambiente.

Pesquisa sobre o histórico do Projeto conservador de águas em Extrema/MG a participação dos proprietários da região rural e como aquela comunidade é fortalecida.

Checagem junto a Sabesp dos pontos de captação de água para tratamento e fornecimento a população.

Levantamento de algumas propriedades rurais, e elencando se a água utilizada pelos moradores é de nascentes ou fontes. Pesquisa na Sabesp para obter informativo sobre as cachoeiras, rios e se são águas apropriadas para consumo.

Elenco junto à rede hoteleira, agências e monitores sobre seu roteiro de passeios e se é feita alguma visitação em alguma comunidade rural.

Contato junto ao Secretário da Agricultura e Secretário do Turismo para informação sobre políticas de turismo rural no município.

Relato histórico sobre o turismo e característica da região para verificar, se há uma infraestrutura para receber os visitantes e para a divulgação do município.

Verificação de quais os caminhos para conseguir parcerias com empreendedores e para que os mesmos possam aplicar recursos no município, principalmente para produção e venda de água para consumo e capacitação profissional.

E para melhor nos situarmos sobre a realidade do Município de Iporanga, fizemos as seguintes pesquisas, levantamentos e consultas:

- Pesquisa sobre Turismo de Base comunitária, com base em livro TBC - Diversidade de Olhares e Experiência Brasileira, onde relata regiões rurais que adotaram este tipo de turismo para fortalecimento e desenvolvimento local, com objetivo de estudo das características a serem acrescentadas no município.
- Acesso no site do IBGE¹, as informações sobre critérios para inserção dos beneficiários dos programas sociais foram adquiridas nos sites do MDS² e SEADS³ e também foram fornecidos dados pela coordenadora do CRAS e técnicos dos programas. A Secretaria da Agricultura entregou documentos com dados dos agricultores inseridos no PAA, e no site da prefeitura⁴ no link da casa da agricultura obtivemos informativo de um breve relato sobre Iporanga.
- Solicitados juntamente ao Diretor de Recursos Humanos, documentos contendo informativos do quadro de funcionários da prefeitura entre 2009 a 2012. Pesquisa com comerciantes locais para obter informação sobre o total de empregados formais no município.
- Consultando no site da prefeitura e no link serviços turísticos, obtivemos informações sobre as pousadas, campings e agências locais. No site das pousadas e em (www.petaronline.gov.br), obtivemos informações sobre cavernas, cachoeiras e demais pontos de visitação, observando seu roteiro para verificarmos se haviam inserido algum tipo de visitação a alguma comunidade.
- Sobre quantidade de quilombos da cidade obtivemos informações junto ao CRAS⁵ e também no site local (www.iporanganet.com.br).

¹ IBGE (www.ibge.gov.br)

² MDS (www.mds.gov.br)

³ SEADS (www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br)

⁴ Prefeitura (www.iporanga.sp.gov.br)

⁵ Centro de Referência da Assistência Social

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, foi apresentado um breve relato do prelúdio do turismo no âmbito mundial, brasileiro e no município. Focou-se as fragilidades do município de Iporanga e ao mesmo tempo apresentando as suas potencialidades. Potencialidades estas que poderão mudar as características e até a história local, fortalecendo as famílias e levando o município ao desenvolvimento. No item 2.1 primórdio do turismo no mundo, no Brasil e em Iporanga, demonstrou-se que o turismo não ocorreu de forma intencional, ele foi acontecendo, no 2.2 PETAR - apresentou-se o momento em que a história de muitos moradores mudou; no item 2.3 o preço da sustentabilidade, explanamos que para garantir um futuro sustentável tem um preço no presente; no item 2.4 a característica local, sua dependência financeira dos programas sociais, atividades na agricultura, população e quilombos.

Será apresentada informações sobre o acesso a bairros e ao município, geração de emprego, questionamento da escassez de emprego e comentar sobre as potencialidades.

E, finalmente, apresenta-se no item 2.10 o histórico, a produção de água mineral e potável de mesa no Brasil, procedimentos para a legalização e sobre um programa com características de comunidade rural que deu certo em Extrema/MG. Que poderá servir de base para o município e por conseqüência o envasamento de água potável. Seguindo o item 2.11 uma alternativa, mais um leque de possibilidades.

2.1.Primórdios do Turismo

2.1.1. No mundo

A origem do turismo está relacionada a mudanças históricas que ocorreram na sociedade e no território. O avanço tecnológico é um fator que contribui para estruturar o turismo.

Com a Revolução Industrial, moradores do campo passaram a exercer atividades na cidade, sendo assim necessário que mudassem para a cidade. Eram eles de diversas atividades: operários, comerciantes, liberais e funcionários públicos.

O avanço nos modais de transportes contribui muito para o acesso aos destinos desejados, facilitando, principalmente nas transações comerciais e na área de comunicação, que se tornou mais ágil.

De certo que seguido de interesses comerciais, novas descobertas ocorreram e essas informações e curiosidades, nunca vistas antes, despertou interesses para elites no século XVII. O turismo começou a dar seus primeiros sinais, onde as aristocracias procuravam mostrar seu poderio em relação à classe operária. Nela aparece bem a exclusão social⁶ operária.

Com curiosidades despertadas, os nobres passaram a realizar viagens culturais. Os filhos homens para enriquecerem intelectualmente, passaram a viajar com roteiros de aproximadamente 2 anos. Este tipo de viagem era denominado Grand Tour⁷ e esses roteiros ocorriam pela Europa Ocidental.

Outro fato marcante no turismo ocorreu no ano de 1841, quando o inglês Thomas Cook⁸, organizou a primeira viagem do tipo agenciada. Fechou pacote com um grupo de 570 pessoas, onde havia um roteiro de passeio e eram ofertados alguns tipos de serviços (hospedagem, transporte,...). Esta viagem não era de caráter voltado para o lazer, mas que com o tempo tornou-se. Método mais tarde utilizado mundialmente. Nota-se que pelo pacote de serviços, houve uma cadeia de pessoas que se beneficiaram pelos serviços prestados, angariando rendas, não só para o agenciador (Cook), mas também para os demais envolvidos na oferta de serviços.

Sem leis trabalhistas, com a exploração e trabalho árduo, aqueles que migraram do campo sentiam necessidade de resgate da vida campestre, das belezas naturais e por conseqüência da sua valorização turística.

No período da I e II Guerra Mundial, o turismo estabilizou, até mesmo por questões de segurança, e aquele que era utilizado como meio de transporte

⁶ Exclusão Social – Quando a pessoa é considerada socialmente excluída quando está impedida de participar plenamente na vida econômica, social e civil. <http://exclusaosocialap12b.blogspot.com.br>

⁷ Grand Tour era o nome dado a uma tradicional viagem pela Europa, feita principalmente por jovens de classe-média alta

⁸ Thomas Cook – Inglês, vendedor de Bíblias. Possibilitou ao trabalhador o acesso ao turismo.

para combates, passou a ser utilizado para viagens dos turistas com vantagem de rapidez e conforto: o avião.

As viagens marítimas eram seguras e velozes, porém, o custo era fora da realidade de algumas classes sociais. Mas com o advento da produção automobilística, onde o empreendedor Henry Ford⁹, com a metodologia de produção de automóveis com novo sistema operacional, montagem em série e por consequência geração de emprego para a população. A classe operária passou a ter direitos trabalhistas: férias remuneradas, 13^º e o abono férias.

Houve a necessidade de rodovias para circulação dos automóveis e essa facilidade fez com que surgissem mais pessoas interessadas em viagens turísticas e a adequação de hotéis e a diversidade de serviços.

O turismo não parava de crescer, mas em 1970 com a crise do petróleo¹⁰ que abalou a economia internacional, houve um recesso, pois, para o transporte no modal aéreo e rodoviário eram utilizados combustíveis. Outra crise marcante ocorreu em 1979.

Um ponto marcante para o turismo foi a criação em 1974 da Organização Mundial do Turismo (OMT). Atualmente com a participação de 156¹¹ países, dos quais o Brasil faz parte. Como essa organização internacional tem como meta contribuir para o crescimento econômico, o desenvolvimento do turismo e sustentabilidade ambiental dos países e entendimento internacional. A OMT define o turismo como:

“uma modalidade de deslocamento no espaço e estada em lugar diferente do habitual, por período menor que um ano, mas pelo menos um pernoite, motivados por qualquer razão – lazer, saúde, negócios, educação, ciência etc.” (OMT).

Seguindo a história do turismo, em 1980, o valor do petróleo começou a baixar e o turismo começou a alavancar e isto seguido do avanço tecnológico com a informática sendo utilizada, melhorando a qualidade dos serviços. Passou, então a ter característica de turismo em massa, pois os meios de comunicação avançados, eram favoráveis ao seu crescimento. Os turistas com tanta oferta de hospedagem passaram a ficar cada vez mais exigentes. No final do século XX os problemas ambientais tornaram-se visíveis, causados pelo

⁹ Henry Ford – Implantou a indústria automobilística.

¹⁰ Crise do Petróleo – Causada pelo aumento do valor do barril, três vezes mais.

¹¹ 156 países, conforme <http://www.unwto.org/index.php>, acesso em 03/10/13.

desenvolvimento econômico. Surgiu então outra exigência de mercado turístico: lugares onde o impacto ambiental fosse menor. Com tantas possibilidades de locomoção e com advento da proliferação da informática, no século XXI, gerou-se uma movimentação ainda maior no setor turístico e, conseqüentemente o aumento a cada dia, da geração de renda para esta rede.

2.1.2. No Brasil

A Família Real Portuguesa quando chegou ao Brasil em 1808, não encontrou o mínimo de infraestrutura. Fixaram-se no Rio de Janeiro e implantaram seus costumes com características consumidoras, própria dos nobres, exagerada. A viagem entre o Brasil e Europa era constante, mesmo antes da fixação da Família Real. As riquezas vistas eram transmitidas ao exterior e despertava a curiosidade de muitos. Ao chegar ao Brasil os viajantes que eram pesquisadores, deslumbrados, registravam o que avistavam. Podemos comparar a alguém que vem de uma grande metrópole e avista pela primeira vez um lugar de preservação ambiental. Na verdade era mais, pois, se contemplava uma natureza intocada. Outro fator marcante era a hospitalidade com que eram recepcionados, mesmo não tendo nenhuma infraestrutura.

Semelhante à classe aristocrata européia surgiu na Região Sudeste, no século XIX, os chamados “barões do café”, produtores café, que para impressionar a sociedade viajava principalmente pela Europa.

O fluxo de viagens aumentou no Século XIX, em especial com destino ao Rio de Janeiro, através do transporte ferroviário. Assim como ocorreu mundialmente, o Brasil no Século XX teve avanço no turismo, beneficiado, também, pelo transporte aéreo, rodoviário, pelo uso de automóveis e com serviços turísticos de qualidade.

2.1.3. Em Iporanga

As primeiras visitas foram feitas por pesquisadores geólogos, arqueólogos. Na descoberta da riqueza espeleológica-cavernas e grutas-, cachoeiras, piscinas naturais, surgiu, assim, a possibilidade de exploração turística. Geralmente eram aventureiros que visitavam a região. Não haviam hotéis nem pousadas¹² na região. O casal Vandir e Diva serviam alimentação em sua casa simples, de barro, e hospedavam os anfitriões na hospedagem domiciliar¹³. Aos poucos o turismo foi aumentando surgiu, assim, a Pousada da Diva, a primeira local e depois foram surgindo outras, porém de forma desordenada e com problemas estruturais, pois não houve planejamento e hoje as 18 pousadas procuram sobreviver e, com exceção das pousadas mais antigas como a pousada Diva, Cavernas, Casa de Pedra, que tem fluxo maior de turista, as outras tentam superar as dificuldades com expectativa em longo prazo. Não é considerado tipo de hospedagem em massa, pois mantém um contato muito próximo entre o hóspede e anfitrião. Nos bairros melhores, em questão de estrutura, concentram-se a maioria das pousadas (Centro e Serra):

- **Centro (zona urbana)** – 01 agência de turismo, 05 pousadas que recebem os visitantes e realizam os passeios no complexo das cavernas e cachoeiras.
- **Serra (zona rural)** – 03 agências de turismo, 03 campings, 11 pousadas. É o bairro mais próximo do complexo de cavernas, onde ocorre a maior movimentação turística. Porém, praticamente a pousada Diva e Cavernas absorvem a maior parte dos visitantes, por ser mais antigo, maior porte e contam com visitação estudantil.
- **Betari(zona rural)** – 01 pousada.
- **Ribeirão(zona rural)** – 01 pousada

Pousadas em Iporanga:

¹²As pousadas são consideradas como meios de hospedagem de pequeno porte, mas isso depende de vários fatores de classificação, como tamanho e quantidade de unidades habitacionais existentes, ou luxo, característica e qualidade dos serviços prestados. (Rosana, jun 2008)

¹³ Hospedagem domiciliar é aquela em que o anfitrião hospeda o visitante na sua residência e recebe pagamento por isso, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA – diversidade de olhares e experiência brasileira – Bartholo/ Sanzolo e Bursztyn.

POUSADA	BAIRRO
DIVA	SERRA
DAS CAVERNAS	SERRA
QUIRIRIM	SERRA
TAMMY	SERRA
HANNA	SERRA
FAZENDA VALE BETARY	BETARI
IDATI	SERRA
ABILIO	SERRA
RANCHO DA SERRA	SERRA
PEDRAS PRECIOSAS	SERRA
MATA ATLÂNTICA	SERRA
GAMBOA	CENTRO-IPORANGA
CASA DE PEDRA	CENTRO-IPORANGA
CAPITÃO CAVERNA	CENTRO-IPORANGA
LOOZE	CENTRO-IPORANGA
IPORANGA	CENTRO-IPORANGA
FAZENDA CAACUPÉ	RIBEIRÃO
OURO GROSSO	SERRA

Tabela 1 – Pousadas

2.2.Criação do PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira

Em 1950 houve grandes pressões em prol da preservação do meio ambiente e em 1958 foi criado o PETAR(Parque Estadual do Alto do Ribeira), que mais tarde tornou-se PETAR, uma importante área de preservação, reconhecida pela UNESCO¹⁴(Rosana, 2008). Se tal criação, na visão daquelas consideradas grandes metrópoles, é muito valorizada, pois vivem caos na atualidade, por ações

¹⁴UNESCO(Organização das Nações Unidas)-trabalha com o objetivo de criar condições para um genuíno diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas.Nasceu 16/11/1945.(www.unesco.org.publishing,Roberto Rossi) em 02/10/2013.

passadas, causadas pelo desequilíbrio ambiental, para os moradores situados no PETAR é sinal de vulnerabilidade social.

Atualmente a região do PETAR tem mais de 300 cavernas catalogadas 11 liberadas para visitação, sendo 7 em Iporanga. São gerados poucos empregos, tanto a monitores como a diaristas. O maior fluxo de visitas ocorre nos feriados.

2.3.O Preço da Sustentabilidade

As populações que residem nas regiões de proteção e conservação ambiental, localizadas nas zonas rurais têm sofrido as conseqüências do desenvolvimento econômico das grandes metrópoles, pois o caos ambiental colocou em risco a qualidade de vida do ser humano. Então, o tão citado desenvolvimento sustentável procura proteger a natureza e evitar o caos no planeta, buscando a preservação e conservação ambiental.

“Conservação, nas leis brasileiras, significa proteção dos recursos naturais, com a utilização racional, garantindo sua sustentabilidade e existência para as futuras gerações.”(www.oeco.org.br, Susana Padua, 2006).

“Preservação visa à integridade e à perenidade de algo. O termo se refere à proteção integral, a "intocabilidade". A preservação se faz necessária quando há risco de perda de biodiversidade, seja de uma espécie, um ecossistema ou de um bioma como um todo.”www.oeco.org.br, (Susana Padua, 2006).

A sustentabilidade se preocupa com o presente, mas sem tirar foco do futuro. Para tanto se deve, buscar o equilíbrio:

“...autogerir-se, desenvolvendo o potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos.”¹⁵

¹⁵Turismo de Base comunitária, pág. 100

A busca deste equilíbrio muitas das vezes se torna injusto para certos grupos de pessoas, ou comunidades, que às vezes parece invisível. Foi o que ocorreu com muitos proprietários que tiveram suas terras demarcadas dentro do parque(PETAR). E se antes viviam da agricultura depois já não podiam mais, pois as leis impostas os proibiam e proibem de exercer tal atividade nesta área.

Mais tarde com no intuito de preservar Unidades de Conservação (UCs)¹⁶ em 2008 o IBAMA¹⁷ fechou todas as cavernas visitadas do PETAR, como forma de forçar a implantação do Plano de Manejo de acordo com a Lei nº 9.985 – SNUC, Capítulo I, Art. 2º:

Capítulo XVII - PLANO DE MANEJO: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade; (VEIGA, 2009. p 24-25).

Após esta ação foram fechadas algumas cavernas, das quais algumas ainda são proibidas de visitação: Casa de Pedra, Lambari de Cima, Laje Branca. Algumas regras foram implantadas para acesso às cavernas, como controle da quantidade de pessoas por grupo, até 8, intervalo entre a entrada de um grupo para outro. A Caverna Santana, a mais visitada, antes o turista chegada pagava a taxa de ingresso no parque e para acesso já tinha os equipamentos já inclusos e o monitor, também. Após estes novos procedimentos a demanda de visitação diminui, pois, os valores aumentaram e os grupos tem que pagar o ingresso, monitor, os equipamentos, estacionamento. O tempo de demora de espera para acesso a cavernas é grande e algumas vezes, principalmente em feriados, que é o período de maior visitação, corre os risco de não conseguir realizar o passeio(visita na caverna).

¹⁶UCs(Unidades de Conservação) – Criada para proteção e conservação do meio ambiente com finalidade de melhoria da qualidade de vida da população e seu ecossistema.

¹⁷ IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- , criado pela Lei 7.735 de 22/02/1989, Art. 2º, II – com objetivo de preservar, conservar e fiscalizar o meio ambiente.

2.4.Característica Local

O município de Iporanga, conforme censo 2010, com 4.299 habitantes, sendo classificado como pequeno porte I¹⁸. Está localizado no Vale do Ribeira, em região de preservação ambiental onde é impactada a geração de emprego por suas restrições. Está entre as cidades de maior índice de vulnerabilidade social. Apesar de ser considerada Região Turística, PETAR, rica pela exuberância de Mata Atlântica, com montanhas, vales, cachoeiras, rios de águas cristalinas, cavernas, fauna e flora, verdadeiro paraíso ecológico, não tem gerado sustentabilidade, sendo um dos motivos a pouca visitação por questão estrutural e de divulgação.

2.4.1. Benefícios Sociais e a Dependência

Os governos estadual e federal com meta de reduzir a vulnerabilidade social, incrementou no município os Programas Ação Jovem/ Renda Cidadã e Bolsa Família e BPC(Benefício de Prestação Continuada), através de transferência de renda.

A maioria das famílias de Iporanga sobrevive de benefícios sociais que esta sobre a responsabilidade e monitoria do CRAS¹⁹.

São recursos de transferência de renda de repasse dos entes Federal ou Estadual para as famílias de baixa renda:

- Bolsa Família – Repasse do governo Federal para famílias com renda per capita até R\$ 140,00.
- BPC (Benefício de Prestação Continuada) – Repasse do governo Federal para pessoa portadora de deficiência e idosos acima de 65 anos com renda per capita familiar até meio salário mínimo.

¹⁸ Pequeno Porte I – Municípios com 1 CRAS e com até 2.500 famílias.

¹⁹ CRAS - Centro de Referência da Assistência Social: criado pelo Governo Federal, considerada como porta de entrada dos serviços social com finalidade de atender famílias com maiores índices de vulnerabilidade e risco social.

- Renda Cidadã - Repasse do governo Estadual para famílias com renda per capita familiar até meio salário mínimo.
- Ação Jovem - Repasse do governo Estadual para jovens de 15 a 24 anos que a renda per capita familiar é até meio salário mínimo.

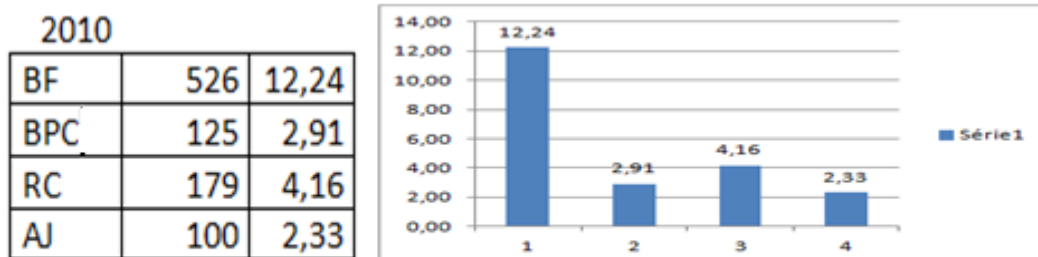
O Vale do Ribeira é considerado uma das regiões com um dos mais altos índices de vulnerabilidade social. Os governos estadual e federal com meta de reduzir, tal índice, implementou-se os Programas Ação Jovem/ Renda Cidadã e Bolsa Família e BPC(Benefício de Prestação Continuada), através de transferência de renda. Em Iporanga algumas famílias são beneficiárias. Segue tabela de benefícios de 2009 a 2010:

Ano	Quantidade famílias Bolsa Família	Quantidade BPC	Quantidade famílias Renda Cidadã	Quantidade Ação Jovem
2009	487	127	166	80
2010	526	125	179	100
2011	549	132	233	210
2012	574	131	233	198

Tabela 2 – Benefícios Sociais – Dados fornecida pelo CRAS em 06 Setembro 2013.

O benefício Ação Jovem e Renda Cidadã é R\$ 80,00 e o Bolsa Família varia de R\$ 70,00 a 500,00 de acordo com a composição familiar. A soma dos Benefícios para um núcleo familiar chega a até, aproximadamente, R\$ 700,00, também de acordo com a composição familiar. Os benefícios, com certeza, ajudam a muitas famílias, mas isto seria bom se, as mesmas encarassem como algo temporário e não permanente. Não se pode viver de benefícios sociais. O ser humano precisa de auto valorização e não existe melhor maneira do que se sentir valorizado através do fruto do seu trabalho e com garantia de leis trabalhistas.

Considerando-se a população em 2010(4299), segundo o IBGE, temos o seguinte:



Dados fornecidos pelo CRAS
Tabela 3 – Benefícios Sociais 2010

E considerando-se a quantidade de domicílios, segundo o IBGE 2010 temos:

CENSO 2010		SÃO PAULO						
Código do município	Nome do município	Total de domicílios particulares ocupados	Total de domicílios particulares não-ocupados fechados	Total de domicílios particulares não-ocupados de uso ocasional	Total de domicílios particulares não-ocupados vagos	Total de domicílios particulares	Total de domicílios coletivos	Total de domicílios coletivos com morador
3521101	Ipeúna	1.780	0	659	193	2.632	7	2
3521150	Ipiranga	1.414	29	256	201	1.900	1	1
3521200	Iporanga	1.226	15	300	332	1.873	3	3

Tabela 4 – Total de domicílios censo 2010

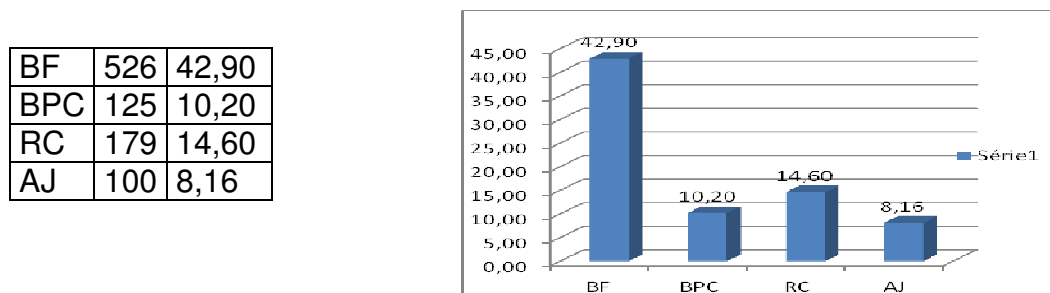


Tabela 5 – Benefícios Sociais e índice relativo a domicílio.

Nestes 12,24% está sendo considerando toda a população, com todas as idades. Mas considerando a quantidade de domicílio, 1226, o índice de famílias que recebem Bolsa Família é de 42,90%.

Esta dependência de benefícios sociais caracteriza que não há atividades que gerem empregos para o município.

2.4.2. Cultivo de Pupunha

Por mais de 30 anos a atividade mais exercida pela população era exploração de palmito Jussara para sustento da família, mas que por questões ambientais, foi proibida, sendo considerada ilegal.

A partir de 2005, com incentivo da Prefeitura municipal e apoio dos governos federal e estadual alguns agricultores passaram a explorar o palmito pupunha. O prazo de plantio até a colheita é de aproximadamente 2 anos. Alguns agricultores já estão no período de colheita, porém, esta atividade é exercida por uma minoria e a venda, no momento, é na forma in natura. Para o envidramento e comercialização é necessário alto empreendimento e infra-estrutura, mas para que isso ocorra a quantidade de plantio tem que ser maior e os produtores teriam que se organizar em forma de cooperativa.

Ainda não é visível o desenvolvimento local, através desta atividade, mas conforme informado pela Secretaria da Agricultura já ocorrem algumas contratações de mão de obra, informalmente, de alguns moradores que residem perto do local de plantio.

É importante frisar que os primeiros monitores ambientais eram os exploradores de palmito Jussara, os considerados “mateiros”, que hoje após capacitações se tornaram profissionais como monitores (guias turísticos).

2.4.3. PAA²⁰ (Programa de Aquisição de Alimentos)

É uma ação do Governo Federal com objetivo de enfrentar a fome e a pobreza, fortalecendo a agricultura familiar²¹. O governo incentiva e ao mesmo tempo adquire diretamente o alimento que distribuir parte para famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Visa, também, fortalecer a comunidade local. Em 2012 foram inseridos no programa 45 agricultores. Contam com o apoio e orientação da Secretaria da Agricultura. O valor anual recebido pelo agricultor é de R\$ 4.500,00.

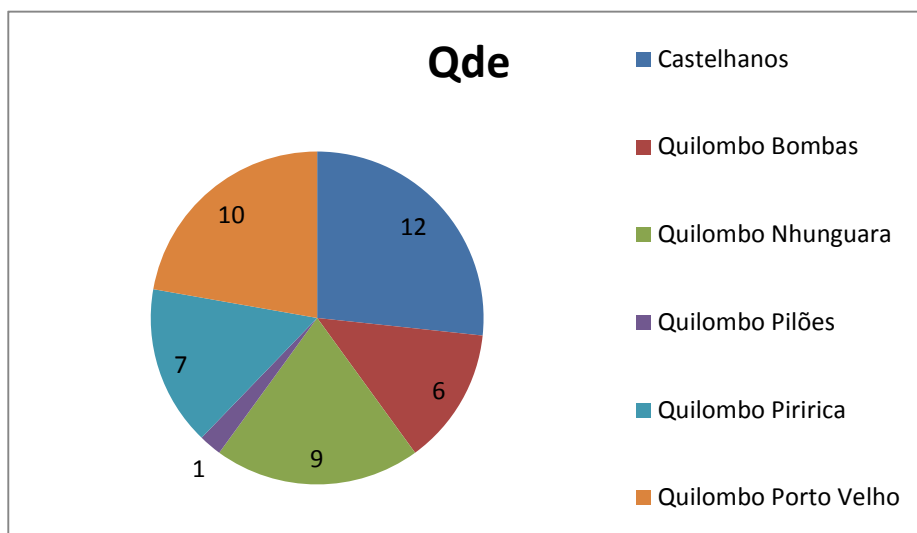
Agricultores inseridos no PAA

Bairro	Qde
Castelhanos	12
Quilombo Bombas	6
Quilombo Nhunguara	9
Quilombo Pilões	1
Quilombo Piririca	7
Quilombo Porto Velho	10
Total	45

Tabela 6 – Agricultores do PAA
Dados fornecidos pelo Departamento de Agricultura, em 04 de Setembro de 2013.

²⁰PAA - O Programa de Aquisição de Alimentos , promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

²¹A agricultura familiar é caracterizada pela produção onde envolve agricultores familiares organizados uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.



2.4.4. População e Quilombos

Com 4299 habitantes, conforme censo 2010, distribuídos de forma desigual nos 29 bairros, destes 08 são Quilombos, a maioria sem atrativos turísticos.

Conforme informado no site local Iporanganet²² alguns Quilombos são compostos por:

Quilombo	Qde. de famílias
Bombas	21
Maria Rosa	20
Nhunguara	91
Pilões	51
Porto Velho	9
Praia Grande	26

Tabela 7 – Família Quilombolas por Bairro

²² www.iporanganet.com, acesso em 18.09.2013.

2.5.Atrativos

2.5.1. Cavernas



Figura 1



Figura 2

Caverna Santana



Figura 3

Caverna Água Suja

As 11 cavernas abertas no PETAR, para visitação, estão distribuídas em 03 núcleos:

- Santana(5): Cavernas Santana, Água Suja, Morro Preto, Cafezal e Couto;
- Ouro Grosso(2): Ouro Grosso e Lambari de Baixo;
- Caboclos(4): Teminima II, Chapéu I e II, Aranhas e Chapéu.

Os Núcleos Santana e Ouro Grosso estão localizados no bairro Serra. O Núcleo do Caboclo e pouco visitado pelos turistas que hospedam na cidade de Iporanga devido à distância. No bairro Ribeirão, tem o núcleo Casa de Pedra, que atualmente esta com a caverna fechada para visitação. Alguns visitantes vão até a sua boca de aproximadamente 120 metros, leva aproximadamente 04 horas, a pé, para seu acesso.

2.5.2. Cachoeiras

As cachoeiras mais visitadas estão localizadas, também, na proximidade do bairro Serra: Andorinhas, Beija-flor e Sem-Fim. A Taquaruvira, no bairro de mesmo nome, é pouco divulgada e visitada.



Figura 4

Figura5

Figura 6

Imagens obtidas no site: www.pousadapedrasreciosas.com

2.5.3. Reserva Betary – Centro de Estudos da Biodiversidade

No Bairro Betari, encontra-se Reserva Betary a 7 km do Bairro Serra, uma unidade de conservação particular que abriga, em sua área, o primeiro Centro de Estudos da Biodiversidade - CEB, voltado ao estudo científico e divulgação da flora e da fauna da Mata Atlântica.



Figura 7

Figura8



Figura 9



Figura 10

Imagens obtidas no site: www.reservabetary.com.br

2.5.4. Bóia-Cross

A descida de bóia-cross é feita no rio betari no bairro Serra.



Figura11

2.5.5. Trilhas

Realizadas no percurso de acesso as cavernas e cachoeiras.



Figura 12



Figura 13

2.5.6. Gastronomia

Quanto aos restaurantes, as pousadas oferecem tanto a estadia como alimentação e, portanto, o visitador ou está nas cavernas ou na pousada a qual fechou pacote. As tentativas de abertura de uma atividade ligada à alimentação e bebidas, algumas não obtiveram sucesso, caso do takeupa, ponto de entretenimento, que funcionou por pouco tempo, por falta de retorno financeiro. Atualmente, no Bairro Betari, temos a Pizzaria Samambaia. No centro de Iporanga o restaurante Casarão, que não atende todos os dias da semana, até mesmo em alguns finais de semana. A churrascaria do Abel nem sempre está aberta nos finais de semana.

2.5.7. Roteiros Turísticos

No que se refere aos roteiros de passeios são: visita de 01 a 03 cavernas e 01 a 02 cachoeiras. O monitor sai com o grupo, de até 08 pessoas, por volta das 8 horas da manhã e retorna somente, aproximadamente, às 17 horas. Não está no roteiro passeios nos pontos de venda de artesanato local nem outros tipos atrativos. Sendo, assim, o visitante que fica em média 03 dias na região, vai à maioria das cavernas e cachoeiras e, saciado, provavelmente só retornará na média de 05 há mais anos.

Pelos dados citados, tudo indica que, praticamente, toda a movimentação financeira turística fica no Bairro Serra, gerando trabalho, mesmo que temporário, para diaristas, nas pousadas, e monitores, seja pelas agências ou particular.

2.6.Acessos



Figura 14



Figura 15



Figura 16

Fonte: Imagens obtidas no site: www.iporanganet.com

2.6.1. Aos Bairros

A distância de um bairro para o outro é grande e não há circulação de transporte, principalmente, aos finais de semana e feriados, que garantam a mobilização para trabalho e oportunidade de inserção em vagas de diaristas.

As estradas apresentam relevo pedregoso e acidentado e devido a esta estrutura a manutenção das estradas vicinais necessitam de manutenção periódica, principalmente depois de épocas de chuvas, onde o índice de deslizamentos aumenta. Conseqüentemente, as máquinas tem um desgaste maior necessitando, também, de mais manutenção.

Localidade	Via de Acesso	Distância do Centro
Centro e periferia	Ruas pavimentadas e de terra	-----
Ribeirão	Km 13 por estrada de terra	6 km
Andorinhas	Estrada Iporanga/Barra do Turvo	13 Km
Praia Grande	1h de Barco Rio Ribeira de Iguape	25 Km
Pilões	Km 14 da estrada Iporanga/Eldorado-9 km estrada vicinal	23 Km
Maria Rosa	Km 14 da estrada Iporanga/Eldorado – 17 km estrada vicinal	31 km
Castelhanos e Piririca	Km 22 estrada Iporanga/Eldorado	26 km
Bento João	Km 04 estrada vicinal após balsa	18 Km
Nhunguara	Km 28 estrada Iporanga/Eldorado vicinal	36 Km
Poço Grande	Km 14 estrada Iporanga/Eldorado	14 Km
Caracol	Km 07 estrada Iporanga/Eldorado	07 Km
Jurumirim	Km 12 estrada Iporanga/Eldorado	12 Km
Serra	Km 26 – Sp 165	13 Km
Sítio Novo	Km 13 – SP 165	15 Km
Bombas	Km 08 – SP 165 2h de trilha	16 Km
Bombas de Cima	Km08 – SP 165 04h de trilha	22 km
Betari	Km 08 – 165	08 Km
Anta Gorda(Porto Velho)	Km 40 SP 165 – estrada vicinal Apiaí/Itaoca/Anta Gorda	80 Km
Capinzal	Estrada que liga Apiaí á Guapiara	120 Km

Tabela 8 – Distância dos bairros do centro

Dados de distância de alguns bairros, fornecidos pela Secretaria da Saúde do Município, em 9 de Setembro de 2013.

2.6.2. Acesso ao município²³

Em relação à infraestrutura, um dos agravantes é o acesso à Iporanga, pois começa na BR 116, para que vem sentido Curitiba, pois na Serra, principalmente em feriados, apresenta lentidão e as demais estradas, ficam bem ruins por falta de manutenção, principalmente em períodos de chuva, O único modal de transporte é o rodoviário. Para acesso de visitantes que vem de outro estado ou país pelo modal aéreo, os aeroportos mais próximos são: Guarulhos e Cumbica em São Paulo e Curitiba no Paraná. O acesso através de rodoviárias e bem desgastante é praticamente o dia inteiro viajando e com baldeações de uma cidade para a outra.

Saindo de São Paulo temos três opções de saídas para Iporanga:

- **Rodovia Régis Bittencourt (BR116)** passar por Taboão da Serra, Embu, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro. Seguir até Jacupiranga onde deve deixar a BR116 e entrar na cidade de Jacupiranga. Pegar a rodovia SP193 até Eldorado. Em Eldorado, pegar rodovia SP165 sentido Caverna do Diabo e Iporanga, são 70 km de Eldorado até o município.
- **Rodovia Castelo Branco (SP280)** passar por Araçariguama e Boituva, seguir até a saída para a rodovia SP127 - sentido Tatuí. Seguir esta rodovia até Itapetininga (não precisa entrar na cidade), seguir até o Trevo e entrar sentido Capão Bonito. Em Capão Bonito seguir a rodovia SP250 para Guapiara e Apiaí. De Capão Bonito até Apiaí a distância é de aproximadamente 90 km. Em Apiaí, seguir pela rodovia SP165 sentido Iporanga, passando pelo Núcleo de Santana e Bairro da Serra. A distância Apiaí - Iporanga é de aproximadamente 40 km.
- **Saindo de São Paulo no sentido Litoral**, pegar a Rodovia dos Imigrantes ou Anchieta sentido Mongaguá. Passar Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo até a rodovia BR116. Entrar na BR116 (sentido Curitiba) e passar por Miracatu, Juquiá, Registro e seguir até a cidade de Jacupiranga. Deixar a rodovia BR116, entrar na cidade e pegar a rodovia SP193 até Eldorado. Em Eldorado, pegar a rodovia SP165 sentido Caverna do Diabo e Iporanga. São 70 km de Eldorado até Iporanga.

²³ Acessos a municípios – informação retirada dos sites de pousadas e agências locais(www.iporanga.sp.gov.br), acesso em 26.09.2012

Saindo de Curitiba, a opção de saída para Iporanga:

- **Rodovia Régis Bittencourt (BR116)** seguir sentido São Paulo, passar pela cidade de Cajati e seguir até a cidade de Jacupiranga. Deixar a rodovia BR116, entrar na cidade e pegar a rodovia SP193 até Eldorado. Em Eldorado, pegar a rodovia SP165 sentido Caverna do Diabo e Iporanga. São 70 km de Eldorado até Iporanga.



Mapa de acesso ao município
Figura 17 - Mapa

2.7.Geração de Emprego Local

O comércio local, incluindo as instituições financeiras empregam, aproximadamente, 77 pessoas, conforme pesquisa no mês de Setembro de 2013, junto aos responsáveis. A escola estadual, segundo a secretaria conta com 46 funcionários, entre professores e demais profissionais, em pesquisa realizada em setembro de 2013.

Os monitores ambientais, que trabalham como diarista, são aproximadamente 200, sendo que parte deles é trabalhador de outras áreas.

É na prefeitura que se concentra a maior gama de empregados, veja a oscilação entre 2009 e 2012, conforme tabela:

ANO	EFETIVO/COMISSÃO	CONTRATADOS	TOTAL
2009	264	36	300
2010	279	74	353
2011	323	50	373
2012	338	57	395

Tabela 9 – Funcionários da Prefeitura.

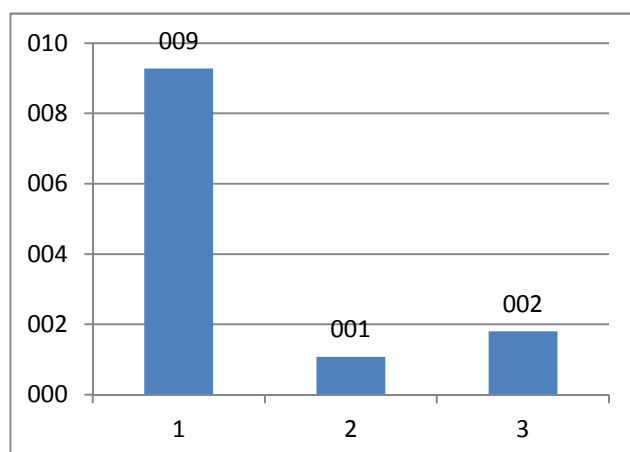
Fonte - Dados fornecidos pela Diretoria de Recursos Humanos em 06 de Setembro de 2013.

Trabalhadores	Qde	%
Prefeitura	395	9,27
Estado	46	1,08
Demais	77	1,81
Total	518	12,16

População Estimada para/2012 4260

Tabela 10 – Trabalhadores registrados

Fonte - Pesquisa junto aos estabelecimentos



2.8.Questionamentos

Sempre é questionado por alguns habitantes: porque não se consegue empresas que não poluem o meio ambiente para vir para o município e gerar

emprego? Mas que empresas seriam essas? São citadas empresas de corte e costura, já que o Fundo Social oferece o curso de corte e costura. Associações são sugeridas para o fortalecimento da agricultura familiar e monitoria ambiental.

2.9.Potencialidade Para o Desenvolvimento local

Na luta contra a vulnerabilidade nas zonas rurais se comenta muito sobre o desenvolvimento local e o que seria:

“processo internos registrado em pequena unidade de territorial em agrupamentos humanos capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria de qualidade de vida da população.” (Redes Públicas e Desenvolvimento Local, pag. 25)

Para sua efetivação:

“é necessário a mobilização das energias da sociedade, com aproveitamento das capacidades e das potencialidades, ou prováveis potencialidades, existentes na unidade territorial considerada.” (Redes Publicas e Desenvolvimento Local, pag. 25).”

Observamos que no município de Iporanga são explorados os atrativos turísticos: Cavernas e cachoeiras. Mas o município tem outras potencialidades que se bem estudadas e com a participação e cooperação das redes públicas e com um plano de gestão bem elaborado é possível aumentar o fluxo de turismo. A comunidade local precisa ter compreensão, consciência do seu espaço, da territorialização, isto é relação de pertencimento:

“a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica quatro fatores básicos, a saber: a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a construção de mecanismos políticos estabelecidos; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e,

por fim, a reelaboração da cultura e da relação com o passado.²⁴

Na questão de sustentabilidade procura-se atender as necessidades do presente, mas, com vista para o futuro. Então, nesse caso, é necessário buscar alternativas para que o homem do presente não fique em tanta vulnerabilidade.

É uma das características da região de Iporanga, é que o turismo está muito focado, e quase que exclusivamente, nas cavernas, depois nas cachoeiras. Isso ocorre de forma tímida em dois bairros, sendo que os demais ficam excluídos. Outras potencialidades precisam ser valorizadas, mas com planejamento. Ora, se a região é de preservação e conservação ambiental e nela as restrições impedem que sejam implementadas indústrias para geração de renda, tem-se que buscar novas alternativas, de modo, que não se veja a cada dia pais de famílias buscarem emprego em outras cidades e a migração de famílias e jovens. Com certeza, no futuro só retornarão para visitar parentes, em feriados e férias.

Há necessidade de busca de parcerias com setores privados que é mais um meio de captar recursos para poder investir na comunidade local, exploração de diversidades de alternativas. Trabalhar com a população para que sejam incentivados a acreditarem que é possível numa região de conservação ambiental captar recursos com as riquezas do município. Estando estruturada vem o outro passo importante que é a divulgação.

2.10. Água Mineral e Potável de Mesa

2.10.1. Histórico no Brasil

Através do Decreto Federal 24.643 de 10 de julho de 1934, no governo de Getúlio Vargas, com o chamado Código de Águas, deram-se o primeiro passo sobre a Legislação Brasileira do Recurso Hídrico, objetivando ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas. Por este Decreto a

²⁴http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100003, João Pacheco de Oliveira, acesso em 05/10/2013

água foi definida como pública²⁵ e comum²⁶; classificou a propriedade da água e seu pertencimento da União, Estado ou Município.

Seis artigos orientam bem sobre águas subterrâneas, conforme Caetano²⁷:

- art. 96: O dono de qualquer terreno poderá apropriar-se por meio de poços, galerias, etc. das águas que existam debaixo da superfície de seu prédio, contanto que não prejudique aproveitamentos existentes nem derive ou desviem de seu curso natural águas públicas dominicais, públicas de uso comum ou particulares.
- Parágrafo único: Se o aproveitamento das águas subterrâneas de que trata este artigo prejudicar ou diminuir as águas públicas dominicais ou públicas de uso comum ou particulares, a administração competente poderá suspender as ditas obras e aproveitamentos.
- art. 97: Não poderá o dono de o prédio abrir poço junto ao prédio do vizinho, sem guardar a distância necessária ou tomar as precisas precauções para que ele não sofra prejuízo.
- art. 98: São expressamente proibidas construções capazes de poluir ou inutilizar, para uso ordinário, a água do poço ou nascente alheia, a elas preexistentes.
- art. 99: Todo aquele que violar as disposições dos artigos antecedentes é obrigado a demolir as construções feitas, respondendo por perdas e danos.
- art. 100: As correntes que desaparecerem momentaneamente do solo, formando um curso subterrâneo, para reaparecer mais longe, não perdem o caráter de coisa pública de uso comum, quando já o eram na sua origem.
- art. 101: Depende de concessão administrativa a abertura de poços em terrenos de domínio público.

Após alguns anos o mesmo, governo Getúlio Vargas, com o Decreto Lei 7.841 de 08 de agosto de 1945 criou o Código de Águas Minerais onde definiu a água como mineral e potável de mesa, pois cada uma tem suas características, conforme artigos 1º e 3º:

²⁵as que nascem em terreno público ou qualquer corrente, lago, mar que possibilite a navegação ou flutuação, ou mesmo nascente ou braço de qualquer corrente desde que influam na navegabilidade ou flutuabilidade

²⁶todas as águas não navegáveis e flutuáveis e particulares como as nascentes e todas as águas situadas em terrenos particulares e quando não estiverem enquadradas nas demais situações.

²⁷<http://www.sosaguas.org.br/notas/agua-mineral.htm>, Lúcio Carramillo Caetano.

“Art. 1º - Águas minerais são aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmem uma ação medicamentosa”.

“Art. 3º- Serão denominadas "águas potáveis de mesa" as águas de composição normal provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que preencham tão somente as condições de potabilidade para a região”.

Neste Decreto foram definidos procedimentos de envasamento²⁸ de água. O órgão a autorizar e fiscalizar a indústria de exportação²⁹ é o DNPM³⁰. Já a fiscalização da comercialização e a definição de padrões de portabilidade têm como órgão responsável o Ministério da Saúde.

Em 1968, houve um arranque neste mercado de vendas de águas com o lançamento de garrafões de 20 litros, muito utilizados pelas indústrias e diversos tipos de comércio. E em 1970 com o novo lançamento de garrafinhas plásticas, onde sua *versatilidade* deu um arranque nas vendas, pela aquisição do consumidor final. Quem até nos dias de hoje ao sair da sua casa não compra pelo menos uma garrafinha de água. É um produto adquirido por todas as classes sociais por ter um valor acessível. Na atualidade é muito difícil você ver uma pessoa pedindo um copo de água nos bares, lanchonetes ou outro tipo de comércio. Compra-se uma garrafinha de água.

Com a Lei 9314 de 14 de Novembro de 1996, referente ao Código de Mineração o governo Fernando Henrique define a forma de atuação do governo para autorizar o aproveitamento da água, aqui destacamos o artigo 2º:

"Art. 2º. Os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, para efeito deste Código, são:

- I - regime de concessão, quando depender de portaria de concessão do Ministro de Estado de Minas e Energia;
- II - regime de autorização, quando depender de expedição de alvará de autorização do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;
- III – regime de licenciamento, quando depender de licença expedida em obediência a regulamentos administrativos locais e de registro da licença no

²⁸ Pôr em vaso, envasilhar.

²⁹ **Exploração** é um termo técnico usado para a retirada, extração ou obtenção de [recursos naturais](#), geralmente não renováveis, para fins de **aproveitamento econômico**, pelo seu beneficiamento, transformação e utilização.

³⁰ [Departamento Nacional da Produção Mineral](#).

Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;
IV - regime de permissão de lavra garimpeira, quando depender de portaria de permissão do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;
V - regime de monopolização, quando, em virtude de lei especial, depender de execução direta ou indireta do Governo Federal.”

Observa-se que a DNPM é o responsável por diversas etapas.

Em 08 de Janeiro de 1997 no Governo de Fernando Henrique Cardoso foi criada a Lei 9433 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esta, como o próprio nome diz, gerencia, conforme os primeiros quatro artigos:

“Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:”

- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

“ Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:”

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

“ Art. 3º Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:”

- I - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;
- II - a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;
- III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;

VI - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

“Art. 4º A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.”

2.10.2. Produção de 2001 a 2008 e Legislação para Industrialização

Conforme, Fonseca(DNPM)³¹ a produção de água mineral e potável de mesa teve um crescimento de 3,73 bilhões em 2001 para 4,37 bilhões em 2008. Este crescimento foi descontinuado pois, em 2006 alguns refrigerantes de baixa caloria como o H₂O, entre outras marcas, substituiu a água.

Os principais produtores de água mineral e potável de mesa são:

Estado	%
São Paulo	22
Minas Gerais	8
Pernambuco	8
Bahia	7
Rio de Janeiro	7
Rio Grande do Sul	6
Paraná	5
Demais estados	37

Tabela 11 – Produtores de água mineral e potável de mesa

A Produção de cada estado está de acordo com as concessões de lavra³² existentes no Brasil. Estão distribuídas:

³¹ Fonseca, David Siqueira – <http://simineral.org.br/arquivos/EconomiaMineraldoBrasil2009guaMineralDNPM.pdf-acesso> - 10 de Outubro de 2013.

³² Atividade extrativista de exploração e beneficiamento de minério.

Estado	%
São Paulo	258
Minas Gerais	89
Rio de Janeiro	84
Goiás	83
Pernambuco	62
Paraná	54
Santa Catarina	45

Tabela 12 – Estados e as concessões de lavras

A produção de lavra apresenta-se de acordo com as regiões da seguinte forma:

Região	%
Sudeste	50
Nordeste	18
Sul	15
Centro-Oeste	13
Norte	4

Tabela 13 – Região e as concessões de lavras

É bem visível que o Sudeste detém a metade da produção.

A quantidade de empresas que produziam água mineral e potável de mesa teve um arranque. Sendo que declararam para DNPM em 2001, 277 empresas, em 2004 passaram para 393 empresas e em 2007 tinha 417.

Destacam-se na produção de água mineral e potável de mesa, as seguintes empresas:

EMPRESA	MARCA	LOCAL DE CAPTAÇÃO
Grupo Edson Queiros	Indaiá	Em 15 Estados
	Miralba	São José dos Campos
Mocellin	Ouro Fino	Campo Largo-PR
Spal(Coca Cola)	Crystal	Mogi da Cruzes-SP
Flamin	Lyndóia/Bioleve	Lindóia-SP
Grupo Schincariol	Schincariol	Itú-SP
Nestlé Waters	São Lourenço/ Levíssima/ Petrópolis/ Aquarel	Petrópolis-RJ/ Campos do Jordão-SP
Dias D'Ávila	Dias D'Ávila	Dia D'Ávila/BA

Ijuí	Ijuí	Ijuí/RS
Hidrobrás	Ingá	Brumadinho e Belo Horizonte/MG
Vitória Régia	Puríssima	Dom Aquino-MT

Tabela 14– Empresas produtoras de água mineral e potável de mesa

A água mineral e potável de mesa é utilizada para produção de cervejas, refrigerantes, sucos, etc. Teve um elevado crescimento de 735 milhões em 2003 para 1.3 bilhões em 2008. Os balneários dos complexos hidrominerais ou hidrotermais, também, utilizam a água mineral e potável de mesa, conforme PORTARIA REGULADORA PARA ESTÂNCIAS, BALNEÁRIOS E ESTABELECIMENTOS TERMAIS nº 374 de 01 de outubro de 2009.

Como visto para industrialização de água mineral e potável de mesa há exigências determinadas por lei. A Portaria nº. 347 de 01/10/2009, DOU de 07/10/2009 e anexo apresenta passo a passo:

Para a aquisição da Concessão exige-se:

- REGISTRO. O registro do subsolo no DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), é a primeira condição para o funcionamento de uma empresa engarrafadora de água mineral.

Roteiro resumido para obtenção do registro:

- 1 - ANALISAR A ÁGUA quanto à potabilidade, o teste de potabilidade só será feito de acordo com o resultado obtido no teste bacteriológico;
- 2 - PLANO DE TRABALHO, elaborar plano de trabalho para pesquisa;
- 3 - AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA, dar entrada, no DNPM, com requerimento para autorização para pesquisa;
- 4 - RELATÓRIO DE PESQUISA, elaborar relatório de pesquisa e encaminhá-lo ao DNPM;
- 5 - ANÁLISE DA ÁGUA, fazer análise completa da água nos laboratórios do DNPM, no Rio de Janeiro.

OBS. Esses trabalhos devem ser executados por profissionais habilitados, (Geólogo) que se encarregará de resolver os trâmites legais junto ao DNPM.

- OBTENÇÃO DAS LICENÇAS. Após a entrada da documentação no DNPM, deve-se procurar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável e preencher o requerimento para obter as licenças de:

- 1-Localização–LL
- 2-Instalação–LI
- 3-Operação–LO

- CEAL - CADASTRO ESTADUAL DE ALIMENTOS (na Secretaria de Saúde).
Necessário para comercialização do produto dentro do Estado. Para comercialização do produto em nível nacional, deverá ser feito o registro na Secretaria de Saúde, que encaminhará o processo para o Ministério da Saúde.

Mas conforme informado por técnico em Hidrologia há 30 anos, da CPRM/SP, outro caminho poderá ser tomado. O município após mapeamento das vazões, nascentes de água, solicita a CETESB³³ a coleta de amostra da água para análise que poderá ser encaminhada para o Instituto Adolfo Lutz. Após análise é encaminhado a LAMIN(Laboratório de Análises Minerais) que prepara o laudo completo e se aprovado da licença para engarrafamento. Após um ofício é enviado para Brasília para ANA(Agência Nacional das Águas), com laudo e projeto.

Neste procedimento de coleta de amostra é necessário monitoramento para verificar a qualidade da água. A coleta não é tão simples e para ocorra tem que haver um planejamento. É feito um mapeamento das bacias e sub-bacias hidrográficas onde são demarcados os pontos de amostragem. A coleta tem que ser feita por um técnico que segue as normas para evitar que substâncias externas alterem a amostra e o seu transporte, também, tem suas técnicas, cuidados especiais, para evitar alteração.

Quando da aprovação a parceria com empreendedores para que os mesmos apliquem recursos é o melhor caminho, pois geralmente envolvem valores altos e na questão de capacitação por serem gestores tem uma visão melhor de qualificação.

2.10.3. Programa Produtor de Água

O Programa Produtor de Água³⁴ da ANA³⁵ que tem o como objetivo a redução da erosão e assoreamento dos mananciais. A cidade piloto foi Extrema-

³³CETESB - Companhia (Cia) Ambiental do Estado de São Paulo, agência do governo do estado de São Paulo e Brasil, responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com a preocupação fundamental de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo.

³⁴HIDROMETRIA APLICADA – Irani dos Santos...-Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, 2001 – pag 299 a 333.

³⁵- ANA - Agência Nacional de Águas, implementa e coordena a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso a água, promovendo seu uso sustentável em benefício das atuais e futuras gerações. WWW2..ANA.GOV.BR/PAGINAS/PROJETOS/PROGRAMAAGUA.ASPX

MG, que a princípio iniciou como parceiro principal o proprietário rural um dos atores para a recuperação ambiental. De início houve resistência do proprietário rural, mas que através de reuniões e palestra, sem contar com o envolvimento do poder público foram se sentindo seguros e pouco a pouco foram ocorrendo aderências ao Programa Produtor de Água, mais tarde chamado Conservador de Água. O Projeto que obteve sucesso é hoje internacionalmente considerado uma das melhores práticas em Gestão Local. Tem parceria com a Bauducco. Este projeto enriquece e melhora a qualidade da água e vazões médias dos rios em bacia hidrográficas em põe em prática a oferta de quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Hoje 50% do abastecimento de água da região metropolitana de São Paulo é feita pela cidade de Extrema/MG. O proprietário rural que adere ao programa tem que se comprometer em proteger a área contra fogo, animais e terceiros, fazer controle de pragas, manter os sistemas de saneamento rural e controle contra erosão. Vantagens: o produtor rural recebe por prestação de serviços ambientais, com isso melhora a qualidade de vida e o meio ambiente é preservado e conservado.

O Programa Produtor de Água, no município de Iporanga, poderá gerar diversidade de benefícios: Conservação, preservação do meio ambiente e retorno em forma de pagamento pelos serviços prestados pelo proprietário rural.

O envasamento de água potável de mesa, como alternativa, seria um leque do Programa Produtor de Água, com possibilidade de produção, para venda, de água potável de mesa e ao mesmo tempo a divulgação do potencial da região, nos rótulos da embalagem da água a ser comercializada. Entretanto condicionalidades são exigidas pelos órgãos, CPRM³⁶, DAEE³⁷, DNPM³⁸, ANA para verificar quais os locais, ou seja, pontos de nascentes de água potável.

2.11. Alternativas Abrem Leques Para o Desenvolvimento Local

³⁶CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, ligada ao Ministério de Minas e Energia, para prestar Serviço Geológico do Brasil. Tem como atividades realização de levantamentos geológicos, geofísicos, geoquímicos, hidrológicos, hidrogeológicos e a gestão e divulgação de informações geológicas e hidrológicas.

³⁷DAEE - Departamento de Águas e Energias – Órgão gestor dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, presta serviços gratuitos aos municípios com assessoria dos técnicos.

³⁸DNPM - Departamento Nacional de Produção de Mineral – assessora a exploração mineral e proveito de recursos minerais e, também, monitora as atividades de mineração no território nacional

Observa-se que de início a preocupação com a divulgação do turismo local, mas é necessário, também, que se analise como está a infra-estrutura para recepção no que se refere a qualidade da hospedagem, alimentação, transporte. Outro fator importante, ainda, e que deve ser valorizada, é o Turismo de Base Comunitária(TBC)³⁹, onde se procura valorizar as diversidades de entretenimentos da comunidade local que busca reduzir a desigualdade social, diminuição da pobreza e desenvolvimento local sem perder a sua tradição, cultura local. Iporanga é rica em diversidades.

2.11.1. Turismo de Base Comunitária Como Alternativa Mais um Viés

O Turismo de Base Comunitária aparece como algo novo para regiões localizadas nas zonas rurais, de preservação e conservação ambiental. Ela vem como característica diferenciada do turismo em massa. É algo mais pessoal onde a natureza e receptividade abrilhantam o ambiente. Traz de volta a memória do início do turismo no mundo e no Brasil, onde a cordialidade e hospitalidade faziam a diferença. Aproximação entre anfitrião e o hóspede.

Nas grandes redes hoteleiras e resorts os empreendedores externos nacional ou internacional estão atrelados na lucratividade e apoderam-se de espaço de ocupação muito grande, enquanto o turismo de base comunitária os empreendedores são os próprios moradores locais, comunidade local.

Enquanto o turismo em massa as relações são mercantis, o turismo comunitário procura enriquecer a cultura do visitante e auto fortalecera cultura de quem recebe.

Alguns princípios, Segundo TBC, p. 287:

O desenvolvimento comunitário exige um conjunto de princípios que configuram as estratégias desse desenvolvimento, tais como:

“o princípio das *necessidades sentidas*: significa dizer que as iniciativas de trabalho nas comunidades têm que partir das necessidades sentidas pela população e não apenas da consciência e orientações técnicas, de pessoas externas à comunidade;

³⁹TBC – Turismo de Base Comunitária, refere-se a atividades, serviços e empreendimentos relacionados a comunidades que recebem visitantes

princípio da participação: requer envolvimento profundo da população residente na construção de um processo que pode ser considerado um desenvolvimento;

princípio da cooperação: a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com setores público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário;

princípio da auto-sustentação: os processos de transformações econômicas e sócio-espaciais podem sofrer descontinuidades, mas precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários mediante mecanismos que previnam os efeitos perversos de possíveis alterações provocadas por interesses externos;

princípio da universalidade: o êxito esperado é para a população na sua globalidade (e não apenas subgrupos), alterando profundamente as condições de subdesenvolvimento das comunidades (Carmo 1999, p. 80).”

E para um bom resultado primeiro é necessário um Planejamento Estratégico, onde o primeiro passo é obter um diagnóstico e cadastro das potencialidades locais, ou seja, de cada bairro, de cada família: o que poderia ser oferecido ao visitante, ao anfitrião. Que estrutura seria necessária para atender com uma receptividade de qualidade. Veja que para isso as parcerias com Agricultura, Turismo, Saúde (nutrição) e vigilância sanitária, seria de extrema importância, devendo ocorrer de forma transparente e impessoal, esclarecendo através de reuniões, palestras para capacitação e fortalecimento dos grupos de visitados. Os gestores e comunidade local têm que olhar para seu território e ver seus potenciais histórico e cultural e procurar atrair visitantes com o objetivo de levá-los a vivenciar as riquezas do turismo rural com seu patrimônio cultural, histórico e suas memórias, trazendo atratividade a comunidade local. No planejamento deve-se traçar o perfil desejado de turista. É neste momento que, também, de forma educacional é informado aos visitantes que os recursos naturais nem todos são renováveis. Os visitados que é o receptivo deverá apresentar qualidade dos serviços e produtos.

Não podemos deixar de citar a importância das pousadas e agências de turismo em serem parceiras, pois a divulgação do turismo de base comunitária inicia-se nos primeiros contatos com o turista onde é incluído, também, no roteiro dos passeios de forma a enriquecer e dar conhecimento desta outra forma de turismo.

Esta demanda de Turismo de Base Comunitária não deixa de encaixar a aplicação de outro tipo de turismo: o geoparque, que é a observação de pontos turísticos local que apresentam curiosidades. Uma observação local que pelos

aspectos arqueológico, ecológicos, históricos poderão gerar renda para a comunidade local. Para sua implantação é necessário o diagnóstico e cadastro de todos os pontos. Após este levantamento é de extrema importância a divulgação e discussão com a comunidade para viabilizar a sua implementação, que poderá ocorrer de duas maneiras: primeira com decreto municipal ou estadual e a segunda por sinalização geológica nos locais que já tem infraestrutura receptiva. Todo esse processo não pode ocorrer sem que a comunidade e poder público tenha conhecimento de como funciona.

O geoparque, também conhecido como geosítio, é de iniciativa da UNESCO e não deixar de ser um a estratégia de conservação.

Conceito de geoparque , também, é conhecido como geosítio ,pela Unesco:

- i. preservar o patrimônio geológico para futuras gerações (geoconservação);
- ii. educar e ensinar o grande público sobre temas geológicos e ambientais e prover meios de pesquisa para as geociências;
- iii. assegurar o desenvolvimento sustentável através do geoturismo, reforçando a identificação da população com sua região, promovendo o respeito ao meio ambiente e estimulando a atividade socioeconômica com a criação de empreendimentos locais, pequenos negócios, indústrias de hospedagem e novos empregos.
- iv. Gerar novas fontes de renda para a população local e a atrair capital privado.

Cada bairro, sendo ele ou não de comunidade Quilombola tem suas particularidades. Um exemplo para as comunidades Quilombolas e o valor de suas tradições e cultura local. Ao visitante poderá passado, informativos sobre a cultura afrobrasileira e belezas naturais típicas de cada local.

De início deve-se mapear cada bairro e seus potenciais. A parceria é sempre um bom caminho, mesmo que de princípio haja relutância. Para tanto é necessário planejamento participativo com objetivo de fortalecer as comunidades e que a mesma tome conhecimento da sua importância como agente fortalecedor de seus potenciais e principalmente do desenvolvimento local sustentável. Oficinas de capacitação é um bom caminho. De maneira paulativa, já que, muitas das vezes, é algo novo, e o novo assusta.

3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo do presente trabalho é: vertente para a geração de renda em Iporanga, região de preservação ambiental e o espaço analisado é o município de Iporanga. Os índices apresentados apesar de informarem dados numéricos, enfocamos que a intenção do presente trabalho não é informar quantitativamente, mas qualitativamente os itens abordados para fins de compreensão, através de amostra, para que de modo geral represente a realidade de cada bairro edo município.


No item 3.1 apresentamos a movimentação turística do PETAR entre 2009 e 2012. O PETAR envolve, tanto o município de Apiaí como Iporanga. Entramos em contato, via e-mail, com a Gestora do PETAR, porém segundo informação da mesma, não tem está informação:

● **Re: MONOGRAFIA - DADOS MOVIMENTAÇÃO TURISTICA PETAR**

[Exibir detalhes](#)

De: Katia Pacheco 

Prezada Sra. Cida,

Esta informação não dispomos: 

att

Katia Pacheco

De: "mariaaniceto@bol.com.br"

Para: "petar@florestal.sp.gov.br"

Cc: "pacheco.katia@yahoo.com.br"

Enviadas: Terça-feira, 12 de Novembro de 2013 12:43

Assunto: MONOGRAFIA - DADOS MOVIMENTAÇÃO TURISTICA PETAR

Boa tarde,

Prezados Senhores,

Conforme solicitado pela Sra. Kátia a Universidade Tecnológica Federal do Paraná enviou ofício com solicitação de movimentação de 2009 a 2012. O Senhor Tadeu indicou um livro no site o qual obtive a movimentação geral do PETAR. Como a monografia se refere a Iporanga necessito da movimentação no município.

Tenho prazo até Quinta 14/11/2013, pela manhã, para enviar coleta de dados.

Estou aguardando o retorno.

At

Então consideramos o índice geral para a realidade do município de Iporanga.

No item 3.2 Rede de Turismo Local refere-se á pesquisa que foi realizada através de questionário fechado junto às pousadas, agências de turismo e monitores local, pesquisa descritiva.

Apresentamos no item 3.3 Sabesp e o Sistema de Captação de água, tendo em vista que a Sabesp é a responsável pela canalização e tratamento da água, aplicamos um questionário, pesquisa exploratória para nos informar se os mesmos

tenham conhecimento das origens das águas que abastecem cada bairro e se todas tem tratamento pela Sabesp e se são apropriadas para o consumo.

Quanto às Políticas de Turismo Rural em Iporanga, no item 3.4, na Secretaria do Meio Ambiente e Turismo e no Departamento de Agricultura, aplicamos entrevista, uma pesquisa descritiva com intuito de obter posição sobre as políticas turismo rural.

No item 3.5 Propriedades Rurais e a Captação de Água, em pesquisa descritiva procuramos descrever a população rural, referente a sua propriedade, a origem da água que consome e conhecimento sobre a sua potabilidade. No item 3.6, Pesquisa Vivencial – Consumo de Água, caracterizamos como estudo de caso, onde analisamos os rótulos de algumas marcas de água em garrafinha e quando acontece seu consumo.

É importante frisarmos que, mesmo antes de darmos início a coleta e análise de dados, lá na fundamentação teórica foi necessário que fizéssemos pesquisa bibliográfica para delinear o caminho a seguir para continuidade do trabalho, como olivro referente ao programa produtor de água, envasamento de água, geosítio e TBC. Entrevista junto ao profissional da CPRM. Levantamento de dados junto ao IBGE, quanto a população do município. Solicitação e obtenção de dados documental referente aos funcionários da prefeitura e beneficiários dos programas sociais para obtermos o perfil da população local.

3.1.Movimentação Turística entre 2009 e 2012

Conforme contato com a Gestora do PETAR e estudo bibliográfico, material indicado⁴⁰, constatou-se que a movimentação turística teve uma redução significativa de 2010 a 2012. O impacto foi grande já que o município tem o turismo, no setor privado, como a principal fonte de geração de renda local.

⁴⁰Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, 2006-2013, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente.

Número de visitantes nos Parques Estaduais abrangidos pelo Projeto de Ecoturismo

Parque Estadual	2009	2010	2011	2012
Carlos Botelho	16.288	32.966	35.128	13.327
Caverna do Diabo	24.453	26.162	26.871	27.143
Ilha do Cardoso	23.242	34.280	27.000	20.378
Ilhabela	35.535	39.106	54.606	83.972
Intervales	7.175	16.083	15.778	16.718
PETAR	21.689	34.980	36.856	20.378
TOTAL	128.382	183.577	196.239	198.839



Gráfico 1 – Visitação no PETAR 2009 a 2012

De 2009 para 2010 houve um aumento de visitação considerável de 61,28%, em 2011, ainda com mais visitação. Porém de 2011 para 2012 houve uma redução de 55,29%, significando um impacto em toda a rede, seja trabalho para monitores, hospedagens, etc.

3.2. Rede de Turismo Local

Ficou evidente que não há visitação em comunidades rurais locais. As cavernas são o passeio mais explorado, e como foi mencionado na fundamentação teórica, tem seu fluxo maior de visitas nos feriados, onde o turista na maioria das vezes fica horas na fila de espera para realizar seu passeio.

3.2.1.Pousadas

Foram aplicados 16 questionários para as pousadas local. foram obtidas as seguintes informações:

- 2ª questão relativo ao tipo de atividade foi constatado que 04 delas estão no mercado há mais de 20 anos.

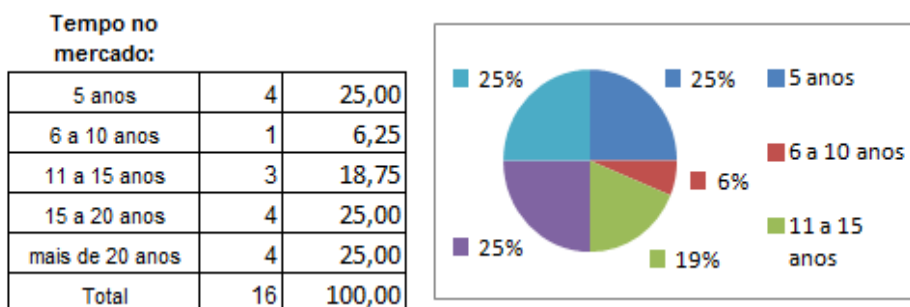


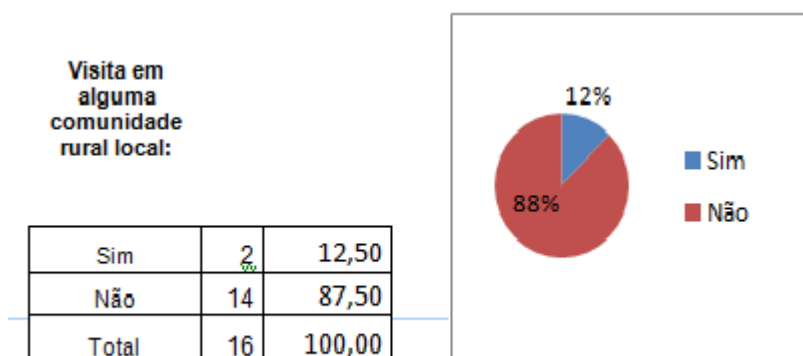
Gráfico 2 – Pousadas e tempo de Mercado

- 3ª questão, onde as pousadas elencaram, quais os seus principais roteiros. A principal visitação são as cavernas, ficando o rapel como a última opção:

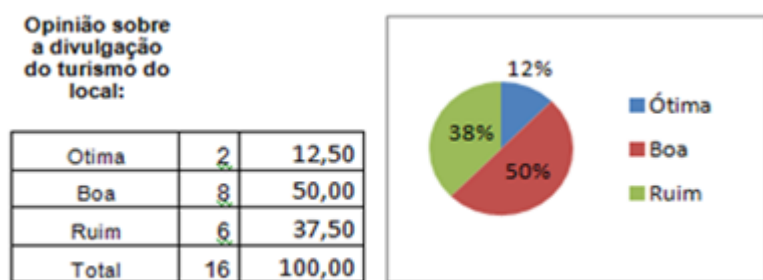
Principal roteiro de passeio dos visitantes:																	
Bóia-Cross	3	4	4	3	3	4	2	4	4	4	3	3	4	3	2	2	
Cachoeira	2	3	2	2	2	2	3	2	2	3	2	2	3	4	3	3	
Caverna	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	
Rapel	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
Trilha	4	1	3	4	4	3	4	3	3	2	4	4	2	1		4	

Tabela 15 – Roteiros

- 4ª questão referente a visitas em comunidade rural local, constatou-se que praticamente não são realizadas visitas em comunidade rural local e a principal causa é a questão de infraestrutura da comunidade para receptividade.



- 5ª questão no que se refere a divulgação do turismo local, 50% considera a divulgação boa e 37,50% ruim.



- 6ª questão quanto ao método mais utilizado para a divulgação, verificou-se que site seja da pousada ou mesmo de terceiros é o mais utilizado:

Divulgação do turismo local:

TV	4	28,57
Site	15	100,00
Agência Turismo	8	57,14
Outro: Rede Social	1	7,14

- 7ª questão sobre a receptividade, onde 50% considera que a rede de turismo local esta preparada para receber o turista(visitante):

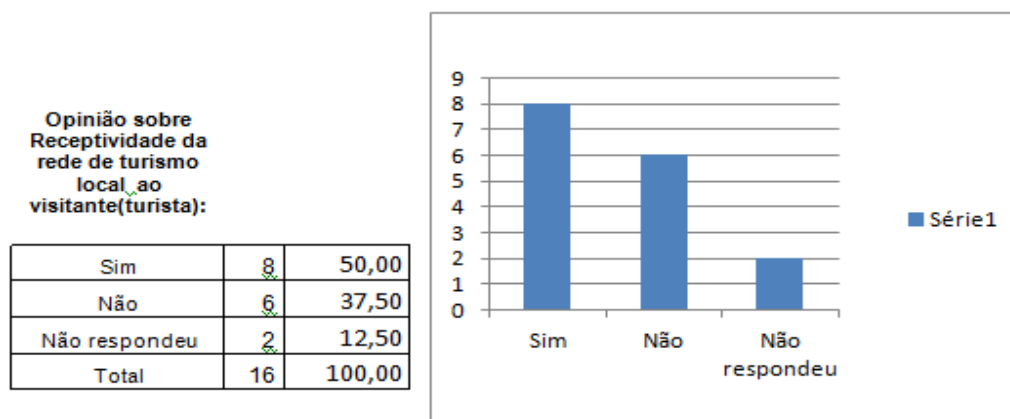


Gráfico 5 – Receptividade rede local

3.2.2. Monitor Local

A mesma pesquisa, neste caso por amostragem, foi realizada junto a 41 monitores locais. Pudemos constatar que alguns mudaram de município devido a falta de oferta de emprego.

- 2ª questão aplicada sobre o tempo de atuação, observa-se que alguns monitores já atuam no mercado há muitos anos, outros tiveram o curso preparatório há pouco tempo.

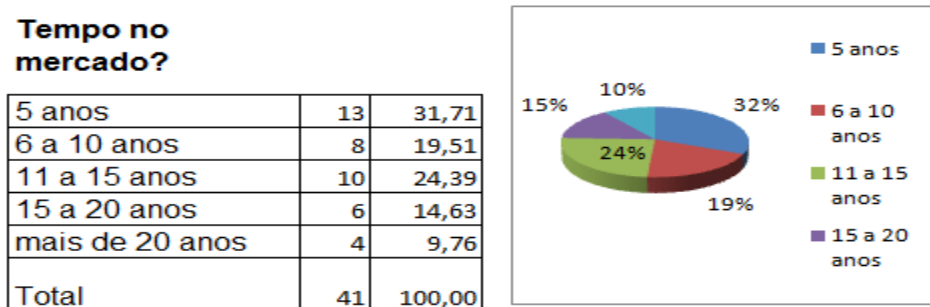


Gráfico 6 – Tempo no mercado- monitor

- 4ª questão referente as visitas em comunidade rural, ainda aparece timidamente, pois as comunidades não tem infraestrutura para receptividade.

Visita em alguma comunidade rural local?

Sim	8	19,51
Não	33	80,49
	41	100,00

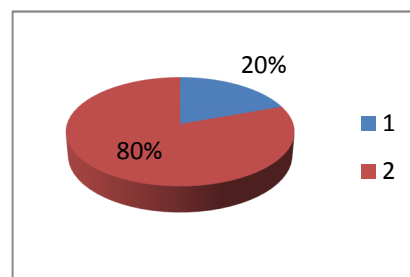


Gráfico 7 - Visita comunidade local - monitor

- 5ª questão sobre a divulgação os monitores consideram em 61%,boa a divulgação do turismo local:

Qual a sua opinião sobre a divulgação do turismo do local?		
Ótima	4	9,76
Boa	25	60,98
Ruim	12	29,27
	41	100

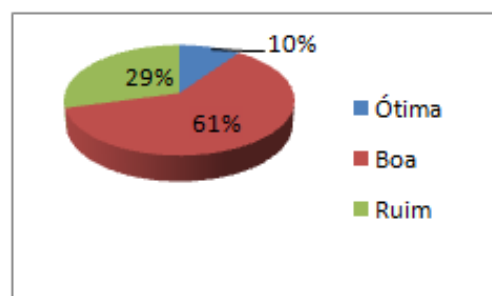


Gráfico 8 – Divulgação turismo local-monitor

- 6ª questão onde nos demonstra que método de divulgação do turismo local mais utilizado ocorre através de sites e agência de turismo.

Método de divulgação do turismo local?

TV	9
Site	32
Agência Turismo	34
Outro	5

- 7ª questão referente a receptividade ao visitante. Foi considerada em 61% como boa, pelos monitores:

Receptividade para o visitante(turista):

Sim	25	60,98
Não	16	39,02
Não respondeu	0	0,00
Total	41	100,00

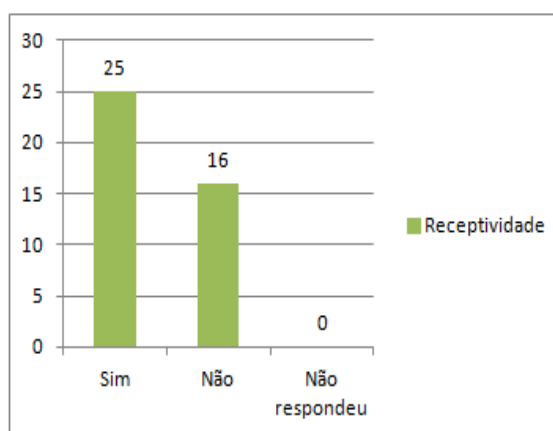


Gráfico 9 - Receptividade rede local – monitor

3.2.3. Agência de Turismo

Foram aplicados questionários em quatro agências de viagem:

	PQ AVENTURA	IPOTUR	ECOCAVE	CAVEATLANTIC	
1 – Qual a sua atividade?					
2 – Há quanto tempo no mercado?					
5 anos		1		1	2
6 a 10 anos					0
11 a 15 anos					0
15 a 20 anos	1		1		2
mais de 20 anos					4
3 - Enumere qual é o principal roteiro de passeio dos visitantes:					
Bóia-Cross	4	3	3	2	
Cachoeira	3	2	2	3	
Caverna	1	1	1	1	
Rapel	5	5	5	5	
Trilha	2	4	4	4	
Outro					
4 – É realizada alguma visita em alguma comunidade rural local?					
Sim					
Não	1	1	1	1	4
5 – Qual a sua opinião sobre a divulgação do turismo do local?					
Ótima					0
Boa		1			1
Ruim	1		1	1	3
					4
6 – Como é realizada a divulgação do turismo local?					

TV	1			1	2
Site	1	1		1	3
Agência Turismo	1			1	2
Outro			1	1	2
BOCA BOCA			1	1	2
7 – A rede de turismo local está preparada para receber o visitante(turista)?					
Sim	1	1	1		3
Não				1	1
Não respondeu					4
8 - Sugestão				INFRAESTRUTURA	

Tabela 16 – Questionário Agência de Turismo

Não são feitas visitas á comunidade local. As visitas são mais fortes nas cavernas, a divulgação do turismo local é considerada ruim. Considera que a rede de turismo local está preparada para receber o visitante.

Foi aplicado questionário para quatro campings, onde a maioria diz que a caverna, dentro roteiro é o ponto mais visitado , considera a divulgação ruim e que falta infraestrutura para receber os visitantes.

3.3.Sabesp e o Sistema de Captação de Água

A entrevista realizada junto a 02 profissionais da Sabesp os mesmos informaram que em todo o município, somente a zona urbana e o bairro Serra recebem tratamento e abastecimento d'água. Os bairros da zona urbana a captação da água vem do Rio Iporanga. Na zona rural, somente o Bairro Serra tem água tratada pela Sabesp e a captação ocorre no manancial Macaquinho. Nos demais bairros informaram que o motivo de não ter água canalizada se dá devido a sistemas isolados, ou seja, os domicílios são dispersos, longa distância de um para o outro. A procedência da água usada para consumo é de rios, nascentes e córregos. A Sabesp informou não ter conhecimento da existência de cachoeira, rio, nascente ou vertente com água potável e não sabe se foi feita alguma análise de pontos de vazão de água a qual são consumidas pelos bairros que não tem água tratada.

3.4. Políticas de Turismo Rural em Iporanga

Conforme informado pelo Departamento da Agricultura, em entrevista, o mesmo visualiza que existe um forte trabalho em organizar as comunidades, fortalecendo as associações e desenvolvendo trabalho de base para posterior prática do turismo rural.

Alguns bairros que são quilombos têm investimentos específicos de projetos estaduais e federais.

Atualmente, em conjunto com a Secretaria de Turismo e meio ambiente percebem um verdadeiro potencial deste segmento para a economia local.

A Secretaria do Meio Ambiente e Turismo, em entrevista, informou que o município de Iporanga tem como base econômica a agricultura de subsistência e o turismo. Atualmente, busca-se a implementação de novos roteiros, produtos turísticos complementares às áreas de abrangência do PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, que instituiu-se desde os anos cinquenta, e por uma série de restrições e até mesmo dificuldades de gestão, vem hoje diminuindo sua capacidade de visitação, que afetou drasticamente a economia local estando esta voltada a hospedagem, alimentação e monitoria ambiental (guias). Portanto, o município vem buscando novas alternativas junto a adequação e implantação de novos roteiros, criação de novos produtos e pontos turísticos.

Indagou que considerando o fortalecimento da agricultura familiar, quando se entende que o Turismo de Base Comunitária, cujo potencial rural apresenta perfil totalmente satisfatório dada a sua diversidade, cultura e tradicionalidade, é que se busca com a agricultura, o resgate de culturas e técnicas tradicionais, resgate histórico e empoderamento das comunidades envolvidas bem como capacitação, atingir uma rede devidamente equilibrada, interdependente e inter-relacionada visando o desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas rurais, com a geração de renda e promoção da inclusão social

Após alguns trabalhos em oficinas com a participação das comunidades locais, conseguiu-se vislumbrar a possibilidade de implementação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável atentando-se ao princípio da proteção do meio ambiente, princípio do direito a saúde como direito humano fundamental, princípio da função social da propriedade, combate às causas de

pobreza e fatores de marginalização, adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, utilização de tecnologias apropriadas, considerando os aspectos e impactos inerentes aos processos pretendidos, com a adoção de soluções graduais e progressivas, segurança, qualidade e regularidade e eficiência e sustentabilidade econômica. Garantindo que esta população exerça dignamente sua cidadania, ciente de seus direitos e deveres e que percebam que somente estando organizados e engajados, com instrumentos de políticas públicas aplicados é que será possível haver o amplo crescimento e fortalecimento das práticas voltadas a gestão compartilhada, crescimento econômico e sustentabilidade.

Evidenciou-se que as comunidades locais, não estão estruturadas, mas que por parte da gestão atual há preocupação para o fortalecimento local.

3.5. Propriedades Rurais e a Captação de Água

Foram aplicados 108 questionários, em 22 bairros, por amostragem, aos diversos proprietários de terras. Tal pesquisa teve a finalidade de obter informações sobre a origem da água e qualidade da água consumida pelas comunidades.

Foram aplicados em diversos bairros:

BAIRRO	QUESTIONÁRIOS
ALTO DA PASSAGEM	1
ANDORINHAS	7
ANTA GORDA	17
AREIAS	1
BAU	2
CABANAS	2
CASTELHANOS	1
CULTIVADO	1
FUNDAO	1
FUNIL	2
JOÃO SURA	1
JURUMIRIM	2
MARIA ROSA	5

NHUNGUARA	16
PARADO	1
PILOES	26
PRAIA GRANDE	1
POÇO GRANDE	1
RIBEIRAO	10
RIO DAS PEDRAS	7
SERRA	2
TAQUARUVIRA	1
TOTAL	108

Tabela 17 – Questionários aplicados

Nascente de um dos bairros: Cultivado.



Figura 18 – Foto da nascente na propriedade de Elizabete

Referente ao questionário obteve-se as seguintes informações:

➤ 1ª questão se referiu ao tempo de propriedade

1 – A quanto tempo tem sua propriedade?		%
1 mês a 1 ano	8	7,41
2 a 5 anos	7	6,48
6 a 10 anos	11	10,19
11 a 15 anos	8	7,41
16 a 20 anos	5	4,63
mais de 21 anos	69	63,89
	108	100,00

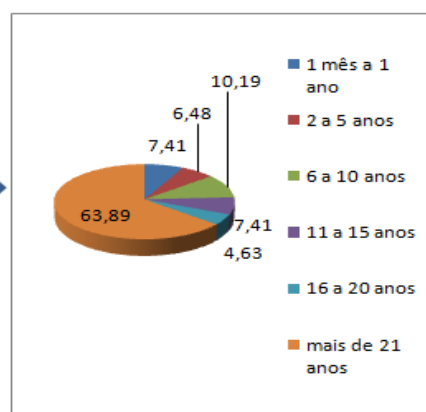


Gráfico 10 – Tempo de propriedade rural

Observa-se que os proprietários possuem suas terras a mais de 21 anos, 63,89%.

➤ 2ª questão referiu-se a área da propriedade

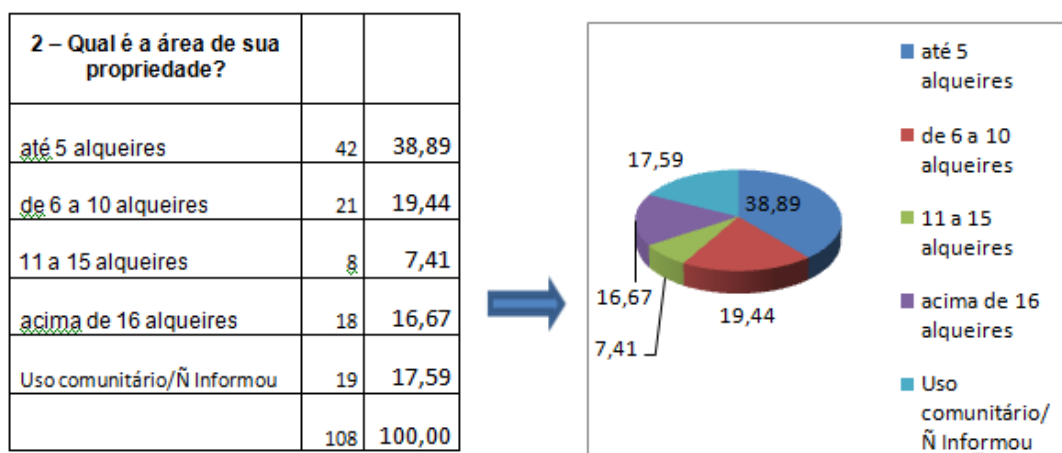


Gráfico 11 – Área de propriedade rural

Foi considerado que 38,89% possuem propriedade de até cinco alqueires, ou seja, 61,11% mais de 6 alqueires.

➤ 3ª questão foi sobre água canalizada

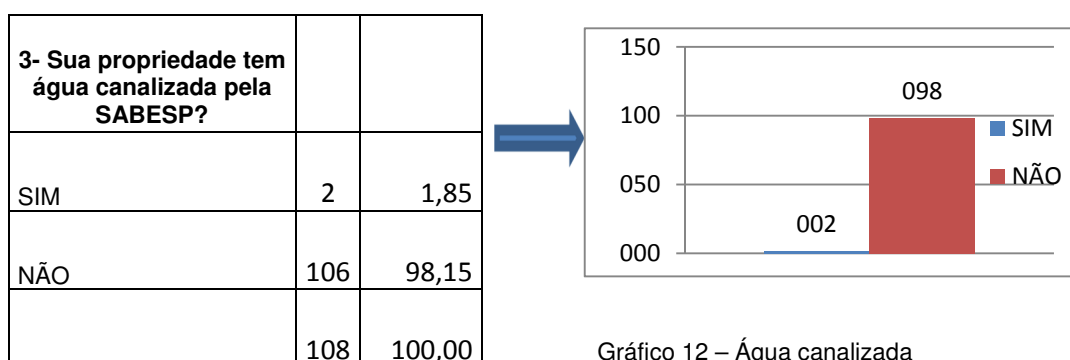


Gráfico 12 – Água canalizada

Considerando que os dois que informaram “sim”, para a água canalizada, são bairros que a Sabesp fornece água tratada, podemos considerar que 100% dos demais bairros não possuem canalizada pela Sabesp.

- 4ª questão procuramos obter informação de como adquirem água para consumo

4- Se não de que forma adquire água para consumo?	
Rio	9,43
Nascente	88,68
Vertente	0,94
Cachoeira	0,94
	100,00

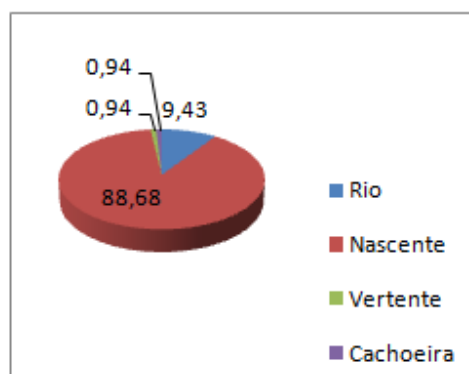


Gráfico 13 – Forma aquisição água

Verifica-se que 88,68 % utilizam água de nascente.

- 5ª questão sobre a potabilidade da água, dos 106 questionários 62,26%, informaram que a água é apropriada para consumo.

5 – Sabe se esta água é potável e apropriada para seu consumo?	
SIM	62,26
NÃO	37,74
	100,00

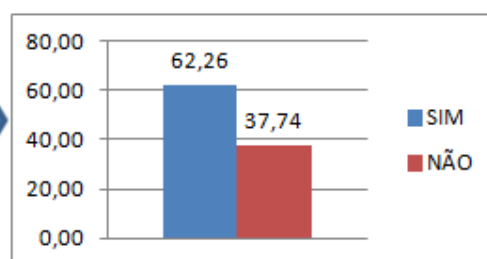


Gráfico 14 – Potabilidade da água

- 6ª questão perguntou-se se já foi feita alguma análise da água e 68,87% responderam que não.

6 – Já foi realizada alguma análise da água:		
SIM	5	4,72
NÃO	73	68,87
NÃO SABE	28	26,42
	106	100,00

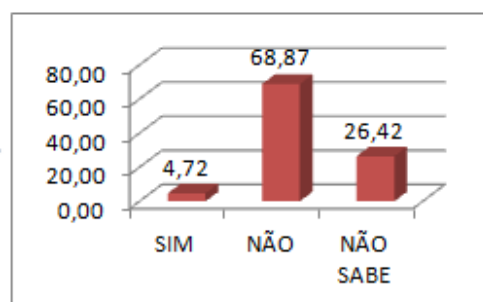


Gráfico 15 – Análise da água

- 7ª questão procurou-se informar sobre a distância percorrida ente a propriedade e a nascente de água:

7 – Qual a distância entre sua propriedade e a nascente de água?		
até 500 metros	27	25,47
de 500 a 1 km	38	35,85
2 a 3 km	36	33,96
4 a 5 km	3	2,83
acima de 6 km.	2	1,89
	106	100,00

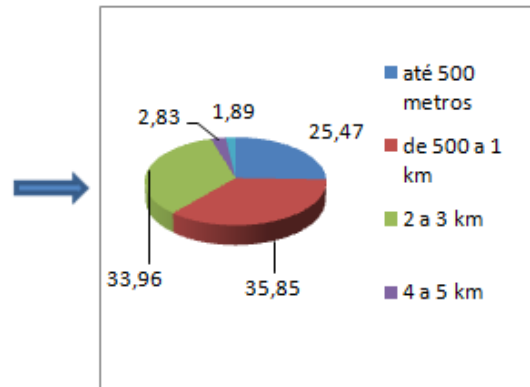


Gráfico 16 – Percurso da propriedade à nascente de água

3.6.Pesquisa Vivencial – Consumo de Água

Em uma das saídas para tratar de assuntos fora do bairro e em outro município observamos nosso comportamento e de outras pessoas. O hábito das pessoas tomarem água e principalmente em dias quentes. Hoje já não se pede um copo de água no balcão do comércio e sim se compra uma garrafinha de água, duas garrafinhas de água, e assim sucessivamente



pesquisa, onde constatamos que, com exceção de dois bairros os demais fazem uso de água não canalizada pela Sabesp, principalmente nascentes. Vimos que há uma possibilidade de envasamento de água. No entanto, são necessários procedimentos legais para que haja a concretude.

O estudo de caso está presente desde o início deste trabalho até a metodologia pois, sempre são abordados assuntos inerentes a um determinado grupo.

Possibilidades de geração de renda aparecem das formas mais diversificadas. O mundo, o Brasil, Iporanga, cada bairro e comunidade de Iporanga, tem suas potencialidades e se aproveitadas com responsabilidade trará benefícios financeiros e sem deixar de lado o bem estar social, a felicidade do ser humano, mantendo as suas características local. O turismo de base comunitária, geosítio (geoparque), programa produtor de água são leques de oportunidades para municípios com riquezas naturais, localizados em área rural.

“Agir, eis Inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?”

Fernando Pessoa

A primeira idéia foi envasamento de água, já como forma de angariar renda, e em seguida a divulgação local nos rótulos da embalagem, dos atrativos turístico de Iporanga. Mas conforme o estudo vai ocorrendo observa-se que surgem outras vertentes e uma vertente chama outra vertente. Todas podem ter sucesso? Claro que sim. Mas primeiro as políticas públicas precisam estar com o mesmo objetivo. É região de preservação ambiental? É. Então há um leque de alternativas onde as redes públicas, sejam elas locais, entes federados precisam atuar e, tudo de forma democrática e participativa. Ficou evidente que muito antes da divulgação é necessário trabalho em questão de infraestrutura. A busca de parceiros empreendedores para investir recursos e fortalecer a comunidade local, como a Bauducco em Extrema/MG no Programa Conservador de água e a Nestle em São Lourenço/MG⁴¹, assim, como outros, a princípio parece impossível mas se houver empenho poderá se tornar real. A parceria com as pousadas, camping e agências de turismo também é uma ótima alternativa, para divulgação de cada atrativo.

⁴¹ www.nestle.com.br/PortalNestle/parquedasaguas/index.htm

Quando se considera que a maioria dos bairros do município não recebem água tratada pela Sabesp e que todos utilizam águas de nascentes para consumo há muitos anos e os mesmos alegam que a água é de qualidade, quando nos apresentamos a Sabesp acreditamos que os mesmo já tem um levantamento ou seja um a posição sobre a análise da água. Porém para nossa surpresa os mesmos alegam não têm conhecimento e ao mesmo tempo a maioria dos próprios moradores informam que não foi feita análise da água.

Agora cabe às autoridades do município averiguar sobre esta possibilidade. Os gestores do meio ambiente e turismo e agricultura podem ser os principais protagonistas para buscarem o melhor caminho para que os órgãos autorizados façam a análise da água dos diversos bairros, para em primeiro lugar, saber sobre a potabilidade, segundo se em algum bairro a água possui qualidade para o envasamento. Como gestores têm força para busca de parceiros, em termos de recursos e capacitação. E finalmente gerar renda para o município e divulgação do turismo local dando ênfase não só no PETAR, mas principalmente a cidade de Iporanga.

Ocorrer mudanças e fortalecimento local com bem estar para a comunidade é uma questão de acreditar. E de que maneira?

“Vem, vamos embora, que esperar não é saber.
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”

Música Geraldo Vandré(1968)

Fazendo acontecer!

“A persistência é o caminho do êxito.”

Charles Chaplin

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Após grandes avanços tecnológicos, onde a abrangência atingiu a maior parte do Planeta terra e por consequência a devastação de parte do meio ambiente, que pois em risco a vida humanidade, fez com que , na atualidade, os olhares estejam atentos a preservação ambiental. E para o equilíbrio surgiu o termo sustentabilidade que parece quase uma dicotomia: Região de Preservação Ambiental sem indústria x Grandes Metrôpoles sem preservação ambiental.

Os municípios localizados em região onde se encontra as matas em estado de conservação tornou-se alvo de cuidados e leis impõem limites rígidos para assim mantê-los. E Iporanga está localizada em uma dessas regiões. Ocorre que, nesses municípios vivem pessoas, famílias, comunidades que já não podem, pois leis, assim, não permitem, que certas atividades antes exercidas sejam executadas. Mas, também, leis foram criadas para beneficiar estas pessoas, famílias e comunidades, de maneira que possam de forma responsável, através de atividades rurais, obter o sustento com geração de renda.

E Iporanga apresenta diversidade de vertentes para geração de renda e que podem gerar o bem estar social das comunidades local com responsabilidade.

Nas pesquisas realizadas observa-se que Iporanga tem comunidades sem conhecimento de seus potenciais e que somente com a participação e empenho das políticas públicas é que se poderá formentar sobre tais potencialidades locais, desenvolvimento e, lógico, a saída da vulnerabilidade social. Essa transformação não depende somente das políticas públicas, mas também de uma sociedade participativa, onde haja conhecimento dos seus potenciais e limites. Ora sustentabilidade onde vive-se o presente, mas sem tirar o foco do futuro, ou seja das futuras gerações.

A questão de infraestrutura de uma cidade é fundamental para o seu desenvolvimento e envolve diversos fatores. Pode-se ter potencialidades, mas é necessário que a atuação de diversos atores esteja presente.

REFERÊNCIAS

Comércio local – Quantidade de funcionários no município Iporanga/SP.

CRAS – Informação sobre programas sociais e vagas para beneficiários no município Iporanga/SP.

Departamento de RH - Prefeitura de Iporanga – Informação sobre quantidade de funcionários.

Secretaria da Agricultura – Informação sobre participantes do PAA no município Iporanga/SP.

Secretaria da Educação Estadual – Informativo sobre a quantidade de funcionários do Estado no município Iporanga/SP.

Secretaria da Saúde – Informativo sobre a distância dos Bairros no município Iporanga/SP.

Bibliografias

BARTHOLLO, Roberto; SANZOLO, Devis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiência Brasileira.

DOS SANTOS, Irani. Hidrometria Aplicada. Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, 2001, p. 299 a 333.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. Redes Públicas de Cooperação Local.

PEREIRA, Paulo Eduardo, Conservador das Águas 5 anos. Edição 2010.
PINHEIRO, Otilie Macedo. Plano Diretor e Gestão Urbana.

Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade. Vol. 3, n 2, jan.a jun. 2013, p.197 a 234.

Teoria da História & Historiografia. Revista Expedições, Ano 1, N 1, dez. 2010.
THEODOROVICZ, Antonio. Projeto Geoparques. Ministério Minas e Energia.

Sites visitados

www.iporanganet.com/2011/04/vale-do-ribeira-e-as-comunidades.html, acesso em 27 de setembro de 2013.

www.turismo.bog.br, acesso em 27 de setembro de 2013.

www.ibge.gov.br, acesso em 27 de setembro de 2013.

www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/ProgramaProdutorAgua.aspx, acesso em 18 de setembro de 2013.

www.cprm.gov.br, acesso em 18 de setembro de 2013.

www.dnpm.gov.br, acesso em 18 de setembro de 2013.

WWW.PETARONLINE.COM.BR, acesso 23 de setembro de 2013.

www.mds.gov.br, acesso em 25 de setembro de 2013.

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br, acesso em 25 de setembro de 2013.

<http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/download/44/45&og>, DE OLIVEIRA, Carlyle Tadeu Falcão; MARTINS, Paulo Emílio Matos. Acesso 04 de outubro de 2013.

www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/download/44/45, A Hospitalidade e Cordialidade Brasileira: o Brasil percebido por Estrangeiros, acesso em 18 de Setembro de 2013.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Cook Teoria Geral do Turismo, acesso em 03 de setembro de 2013.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Thomas_Cook, acesso em 18 de setembro de 2013.

NEIMAN, Zysman; ONISHI, Erica. Dialogando no Turismo: Ecoturismo e Meios de Hospedagem no Entorno do PETAR/SP, jun. 2008 - www.rosana.unesp.br/revista, acesso em 27 de setembro de 2013.

REIS, Jarlene Rodrigues, “E o tempo faz estradas para se chegar ao fim”, http://ftp.comprasnet.se.gov.br/sead/licitacoes/Pregoes2011/PE091/Anexos/Eventos_modulo_I/teoria_geral_turismo/Aula_02.pdf, acesso em 03 de outubro 2013.

PERDIGÃO, Reis, <http://cultura.secular.com.br/19-mai2012/turismo.html>, acesso em 03 de outubro de 2013.

www.unwto.org/index.php, acesso em 05 de outubro de 2013.

CAETANO, Lúcio Carramillo, www.nestle.com.br/PortalNestle/parquedasaguas/index.htm, acesso em 09 de outubro de 2013.

<http://www.sosaguas.org.br/notas/agua-mineral.htm>, acesso em 10 de outubro de 2013.

http://www.agua.bio.br/botao_d_K.htm, acesso em 10 outubro de 2013.

<http://www.termalismoBrasil.blogspot.com.br/2009/10/novissima-portaria-reguladora-para.html>, acesso em 10 de outubro de 2013.

<http://www.cmbconsultoria.com.br/ganhar-dinheiro-com-agua-mineral-mito-ou-verdade/>, acesso em 10 de outubro de 2013.

<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1386&sid=46#obra>, acesso em 10 outubro de 2013.

FONSECA, David Siqueira – <http://simineral.org.br/arquivos/EconomiaMineraldoBrasil2009guaMineralDNPM.pdf>, acesso em 10 de Outubro de 2013.